

PROGRAMA DE GOVERNO

COLIGAÇÃO “Valinhos quer Renovação”

PT, PSDC, PRTB e PSL

Alexandre Tonetti

Prefeito

Valmir Roncaglia

Vice Prefeito

GESTÃO

2013 A 2016

ÍNDICE

Introdução

Apresentação do Programa

Manifesto – Programa

Um Novo contrato/ uma nova cidade/ A Valinhos que temos
Caracterização Município
Diagnóstico

Gestão e Participação

Participação Cidadã
Modernização Administrativa
Promovendo a Inclusão Social e Garantia de Direitos

Políticas Públicas ao Alcance de Todos

Direitos Humanos e Desenvolvimento Social
Assistência Social
Criança e Adolescente
Terceira Idade
Pessoas com Deficiência
Segurança Alimentar e Nutricional
Juventude

Afirmação dos Direitos

Mulheres e Política de Gênero
Igualdade Racial

Políticas Públicas

Saúde
Educação
Cultura
Esporte e Lazer
Mobilidade Social
Desenvolvimento local sustentável
Economia
Segurança Pública
Habitação
Política Urbana
Meio Ambiente
Água, Esgoto, Drenagem e Resíduos Sólidos

INTRODUÇÃO

“Meu mandato representará retomada. Retomada de desenvolvimento, porém, com sustentabilidade.”

Tem muita gente boa querendo um jeito melhor de fazer as coisas, de cuidar da cidade. Um jeito em que as relações entre o poder e a sociedade sejam responsáveis, a inclusão social e o equilíbrio ambiental não sejam apenas discursos da moda, mas práticas e metas. É possível sim construir sem destruir, consumir sem ser consumido. O Brasil mudou para melhor na última década e com isso surgiram muitas oportunidades. Porém, para aproveitá-las é preciso fazer mais e melhor do que as últimas administrações fizeram em nosso município. Temos que colocar Valinhos no mesmo patamar de desenvolvimento e oportunidades que o Brasil. Cuidar bem da nossa água, das nossas matas e serras e da nossa gente. Acabar com a inércia, a paralisia, a incompetência, a precarização das estruturas administrativas, o desperdício da capacidade humana, a falta de ideias e vontade política. Com isso, é possível inovar, evoluir e oferecer melhores condições de vida a todos os valinhenses. É possível aproveitar nossas riquezas com responsabilidade, garantindo qualidade de vida aos nossos filhos hoje e no futuro. A educação e a inovação serão o alicerce desta transformação. A criatividade, o empreendedorismo e a diversidade socioambiental, os meios da sua multiplicação.

Para realizar este sonho é preciso um jeito novo de fazer política. Pautado por valores e princípios que tenham o interesse público, a transparência e a participação cidadã no centro das decisões, dos planos e das ações.

Avanços significativos foram feitos no processo democrático no Brasil desde o fim do regime militar. Desde então houve regularidade de eleições diretas, de funcionamento do Poder Legislativo e de alternância de poder. No entanto, persistem características atávicas do comportamento político de alguns grupos sociais. Há 40 anos Valinhos se consome numa polarização que hoje demonstra seu esgotamento e a necessidade de nossa cidade se alinhar com o atual momento do país. No processo decisório remanescente desta polarização, o atual prefeito se isola junto a poucos representantes econômicos e aliados políticos e deixa a sociedade distante, desinformada, sem voz, nem oportunidade de intervir no processo político.

Um sistema pouco transparente, que não valoriza o mérito, que se mantém desconectado do interesse público. Desse processo derivam escândalos como os apontados na CPI das Senhas, na Permuta da Casa Própria e aqueles vinculados ao apoio da bancada de vereadores a qual o candidato do PSDB sempre integrou e defendeu. É preciso uma nova prática no modo de fazer política.

É necessária a adoção de valores e princípios que devem nortear a ação do governo.

O dinheiro público é sagrado, seremos austeros e teremos absoluta seriedade no uso dos recursos públicos, porém criatividade e ousadia para ir além do possível. Buscaremos sempre o equilíbrio e a harmonia para convergir na diversidade.

Visão de processo, firmeza e competência para garantir eficiência, eficácia e efetividade no atendimento ao interesse público será nossa marca. Responsabilidade, como valor principal da sustentabilidade.

Expansão das liberdades democráticas será o principal valor do desenvolvimento e solidariedade, fraternidade, emancipação e autonomia, serão entendidos como os valores centrais da democracia.

Por fim, o diálogo deverá ser predominante, como prática em todas as instâncias de reflexão, decisão e execução das ações voltadas ao bem comum.

Alexandre Tonetti

MANIFESTO-PROGRAMA DA COLIGAÇÃO “VALINHOS QUER RENOVAÇÃO”

A coligação PT – Partido dos Trabalhadores, PSDC – Partido Social Democrata Cristão, PRTB – Partido Renovador Trabalhista Brasileiro e PSL – Partido Social Liberal, vêm se unir para construir uma nova forma de governar o Município de Valinhos.

Nossa cidade tem características intrínsecas que precisam ser diagnosticadas, compreendidas. Temos que oferecer um novo projeto, que dialogue com todos os setores da sociedade valinhense e se apresente como a possibilidade real de transformação da atual paralisia política, administrativa, social e cultural imposta à nossa cidade.

A transformação será concretizada com uma política direcionada por uma gestão pública inclusiva, onde sua prática solidária e harmônica comungue com todos. Onde cada grupo, esquecendo velhos conflitos, se una fraternalmente na busca de soluções que promovam os direitos humanos, culturais, econômicos e sociais. A democratização da máquina pública será efetivamente vivida por todos que fazem, ou virão a participar dela, sem nepotismo, patrimonialismo ou autoritarismo, muito embora estes estejam arraigados nas administrações públicas, no nosso caso, assumimos o compromisso de eliminá-los.

Queremos dar e ter voz, mantendo canais efetivos de diálogo. O poder será entendido como um meio de construir uma nova sociedade, e não apenas um fim em si mesmo.

Os partidos devem ouvir a cidade, se aprofundar no conhecimento das características intrínsecas e a partir dessas, compreender suas limitações e construir uma nova identidade, fruto da compreensão da pluralidade social, econômica e cultural valinhense, associada à evolução programática e política.

Este movimento será firmado para tirar Valinhos das “alternativas” que nada mudam, e que representam a mesmice municipal. Nós acreditamos que Valinhos é grande o suficiente para ser governada sem revanchismos, mas com

a competência e a autonomia necessárias para oferecer exemplos significativos para o Estado e outras regiões.

Acreditamos na necessidade de um novo pacto municipal, firmado numa candidatura com um programa de governo renovador e realista, fundamentado em estudos sérios de viabilidade econômica autossustentável, criativo e determinado a mudar o município, descentralizando a administração e engajando a população na gestão dos assuntos públicos.

Os munícipes de Valinhos vêm suportando um modo tradicional de fazer política, carregado de frases de efeito e promessas vazias, reduzindo a atividade política a uma relação acanhada de compra e venda da adesão do eleitor. Valinhos será novamente chamada, em outubro, a exercer um papel de vanguarda na região, para resgatar o sentido da confiança e de palavras como esperança e compromisso, mostrando que o respeito à população e um outro futuro — de desenvolvimento, segurança e inclusão social — é possível.

Ao sermos desafiados na construção de uma coligação para mudar a gestão desta cidade, entendemos que os partidos que a compõem buscam a prática da ética, da transparência e da participação cidadã na administração pública. Com a autoridade decorrente da confiança em nós depositada, denunciamos como hipócrita a propaganda da própria honestidade, lamentavelmente banalizada pelo oportunismo político. Dizer-se honesto, não corrupto e, trabalhar com responsabilidade pela coletividade não são virtudes a serem proclamadas, mas obrigações elementares do detentor de um mandato popular.

Depois de tantas decepções e traições, faltas de ética é mais do que justo que o cidadão valinhense cobre de seus representantes que digam sempre a verdade, que jamais se omitam e que nunca se eximam, só assumindo compromissos efetivamente realizáveis.

Por fim o programa de governo não é um folheto comercial e nem deve sair das pranchetas de publicitários. Isso rebaixa a consciência, humilha e ilude o eleitor, destruindo a confiança do povo. Valinhos é grande e complexa demais para ser resumida em três ou quatro palavras de ordem. É a cidade da cultura, da fruta e de uma imensurável riqueza ambiental “Cidade Verde”, que exige a participação de todos no planejamento de seu futuro.

Um verdadeiro programa de governo, por definição, é dinâmico, cunhado em princípios e atualizado permanentemente nos seus pormenores, conforme as exigências da realidade. A partir dessas premissas, pretendemos incorporar os diversos segmentos da população na tarefa de definir o projeto da nossa cidade, para a construção do futuro de todos, levando em conta o tamanho da demanda e os estudos de viabilidade técnica.

O novo Pacto Social deverá ser cumprido e terá que ser suficientemente claro para que cada cidadão tenha possibilidade de compreendê-lo e meios de exigir o seu cumprimento.

Queremos reafirmar, também nosso alinhamento com o projeto político nacional “Construindo um Novo Brasil”, bem como uma “Nova Valinhos”, no sentido

de ampliar e avançar nas transformações econômicas, sociais e políticas tão urgentes para a sociedade brasileira e para o nosso município.

Não esqueçamos que a construção deste sonho, não depende de uns poucos, mas sim, da participação efetiva da sociedade e, portanto, isto expressa um novo paradigma político. Razão pela qual conclamamos todos os Cidadãos e Cidadãs para participarem deste novo momento da coligação **“Valinhos quer Renovação”** e, assim construirmos juntos o projeto que renovará nossa esperança e concretizará nossos sonhos.

APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA

Apresentar o programa de governo da Coligação “Valinhos quer Renovação” significa falar de sonhos e de realizações, conquistas que foram sendo construídas em diferentes momentos com vários grupos da sociedade.

Fica fácil falar de Alexandre Tonetti, como líder que teve a perspectiva de lançar um desafio para seus companheiros, renovar na construção da política do município de Valinhos.

Temos a convicção que ele fará uma cidade mais fraterna, acolhedora e justa de oportunidades para todos, desta forma o Programa de Governo foi construído apontando as mudanças que se fazem necessárias para se concretizar esta realização.

Não temos dúvida que a eleição de Alexandre Tonetti, vai significar uma nova era para a cidade de Valinhos, as propostas do companheiro presentes neste Programa de Governo bem como os projetos sociais e de desenvolvimento do governo federal finalmente serão implementados no município, levando benefícios a uma parcela da população que é ignorada pelo atual governo municipal.

Valinhos é um município privilegiado e tem recursos para assegurar qualidade de vida à sua população, mas falta inversão de prioridades.

Com Alexandre Tonetti prefeito, com bons vereadores e a população participando e fiscalizando o governo, estamos certos que a cidade poderá crescer ainda mais, distribuindo renda, promovendo a justiça social e retomando o papel de liderança regional.

Angelo Perugini
Prefeito de Hortolândia

UM NOVO CONTRATO/UMA NOVA CIDADE A VALINHOS QUE TEMOS

A - CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO:

História

O Município de Valinhos foi criado pela Lei estadual nº 2.456 de 30 de dezembro de 1.953. Teve sua primeira eleição em 1.954, no dia 3 de outubro, tendo sido eleito o primeiro prefeito o Sr. Jerônimo Alves Corrêa. Na ocasião a Câmara foi constituída por 13 vereadores. Sendo instalado o Município, oficialmente, em 1º de janeiro de 1955.

Informações Gerais do Município

Está situada a 90 km da capital do Estado de São Paulo e faz parte da RMC - Região Metropolitana de Campinas.

Valinhos é assim denominada em função de seu território estar fortemente acidentado, formado pela serra da Mantiqueira constituída por vários valos banhada pelos rios Atibaia e Capivari, pelos ribeirões Pinheiros, Bom Jardim e Dois Córregos e pelos córregos: Invernada, da Santa Escolástica, Santana dos Cuiabanos e da Fazenda São Pedro.

Conta com uma eficiente e moderna malha viária para escoamento de seus produtos, além da proximidade com o Aeroporto Internacional de Viracopos, um dos mais importantes sistemas de transporte de carga do Brasil. Tem a força da RMC, um dos maiores polos industriais e tecnológicos do Brasil.

Principais Rodovias de acesso

- o Anhanguera
- o D. Pedro I
- o José Roberto Magalhães Teixeira
- o Francisco Von Zuben
- o Visconde de Porto Seguro
- o dos Agricultores
- o Valinhos – Itatiba

Integra o Circuito das Frutas, criado pelo governo paulista para desenvolver o agroturismo na região. Além da produção do campo, a beleza natural do município justifica o potencial turístico. Tem produção de goiaba e é reconhecida mundialmente como a Capital do figo roxo. A produção agrícola representa 5,1% do PIB.

No campo artístico/cultural tem como referência o cantor, compositor e ator Adoniran Barbosa e o arquiteto Flávio de Rezende Carvalho que foi um dos grandes nomes da geração modernista brasileira.

É uma cidade que se abre para a diversidade econômica, mantendo o equilíbrio entre a tranquilidade, o conforto e a tradição do interior paulista e o acesso fácil ao que existe de mais avançado nos grandes centros de ciência e tecnologia do país.

Devido a proximidade com cidades de grande e médio portes, Valinhos abriu oportunidades de negócios em função da base produtiva, e a situação privilegiada de sua localização permite forte comércio e serviços locais.

Essa localização privilegiada chamou a atenção de moradores de Campinas e outros municípios e até da capital paulista com o desejo de morarem em Valinhos. Isso desencadeou um movimento imobiliário recente, fazendas e sítios onde se produzia o figo roxo, goiaba, caju e vinhedos na zona rural, foram sendo transformadas em condomínios fechados horizontais. Em consequência disto a área permeável natural na zona urbana legal de Valinhos vem diminuindo ano a ano, o que certamente trará impactos importantes em futuro próximo ao município e a seus munícipes em função das enchentes em seus córregos e ribeirões, já que as águas das chuvas chegam mais rapidamente aos mesmos.

B - DIAGNOSTICO DE VALINHOS DADOS QUANTITATIVOS

DENSIDADE DEMOGRÁFICA



Demografia: O município ocupa uma área de 148,113 km² e é o 8º município mais populoso da Região Metropolitana de Campinas, tendo idêntica posição na Densidade Demográfica (735,81 h/km²). Sua área está assim dividida 65,9 km², a urbana e 83,0 km², a rural. Sua população é de 106.793 habitantes, sendo que 95,2% (101.667) compõem a população da área urbana e 4,8% (5.126) a da área rural. (Censo do IBGE 2010).

Atualmente, as projeções indicam uma população de aproximadamente cento e oito mil habitantes. (Dados do IBGE - julho de 2011).

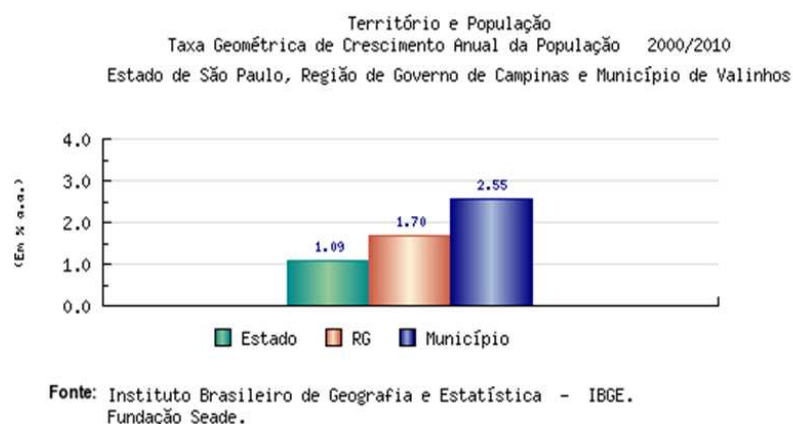
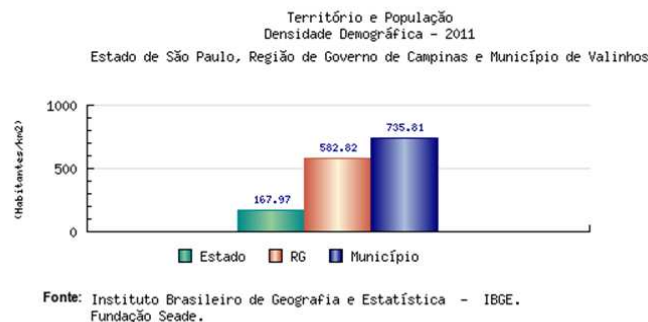
Território e População		Ano	Município	Reg. Gov.	Estado
Área		2012	148,53	5.226,62	248.209,43
População		2011	109.290	3.046.173	41.692.668
Densidade Demográfica (Habitantes/km ²)		2011	735,81	582,82	167,97
Taxa Geométrica de Crescimento Anual da População - 2000/2010 (Em % a.a.)		2010	2,55	1,70	1,09
Grau de Urbanização (Em %)		2010	95,16	97,48	95,94
Índice de Envelhecimento (Em %)		2011	63,83	54,71	53,79
População com Menos de 15 Anos (Em %)		2011	18,86	20,41	21,48
População com 60 Anos e Mais (Em %)		2011	12,04	11,17	11,55
Razão de Sexos		2011	97,35	96,69	94,80

A densidade demográfica em 2000 era de 558 h/km². Em relação à projeção feita em 2011, com base no censo de 2010, houve um aumento, passando a ser 735,81 h/km². Na área urbana passou-se de 1330 h/km² para 1543 h/km².

Observamos que no primeiro gráfico abaixo, Valinhos apresenta uma densidade demográfica de 735,81h/km², enquanto que a média da Região de Campinas se apresenta com 582,82 h/km² e a média do Estado 167,96 h/km² prevalecendo que Valinhos continua com densidade demográfica bem superior à média da região e do Estado.

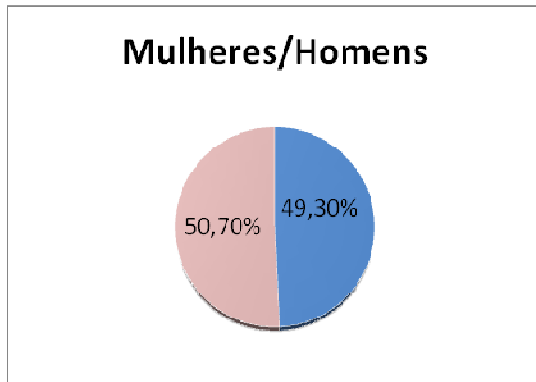
O município ocupa uma área de 148,53 Km² e é o 7º município mais populoso da Região Metropolitana de Campinas, e ocupa a 6ª posição na Densidade Demográfica (Habitantes/Km²). Segundo o censo realizado em 2010 do IBGE Valinhos tem 109.290 habitantes.

Obs.: - Estes dados são importantes e deverão ser considerados quando se pensar no planejamento do Plano Diretor no que diz respeito à infraestrutura urbana.

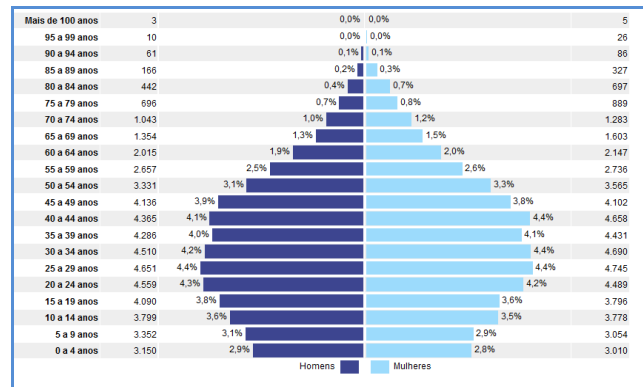


Quanto ao crescimento anual da população podemos observar que Valinhos tem tido um crescimento maior que o dobro do crescimento médio do Estado (1,09) e, também, da Região de Campinas (1,70).

Distribuição da população por sexo, segundo os grupos de idade – Valinhos/SP

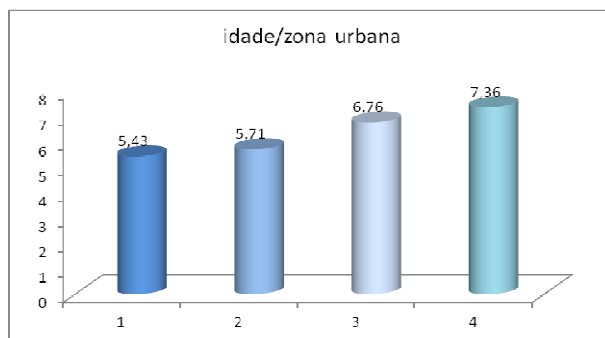


(Censo IBGE 2.010)

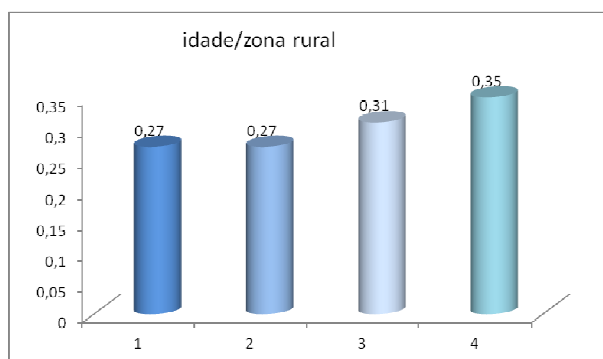


O percentual total de homens residentes é de 49,3%, (52.649 homens) enquanto que o de mulheres é de 50,7% (54.144 mulheres).

FAIXA ETÁRIA	ZONA			
	URBANA		RURAL	
	hab	%	hab	%
0 a 4	5793	5,43	294	0,27
5 a 9	6098	5,71	295	0,27
10 a 14	7215	6,76	336	0,31
15 a 19	7864	7,36	377	0,35
TOTAL	26970		1302	



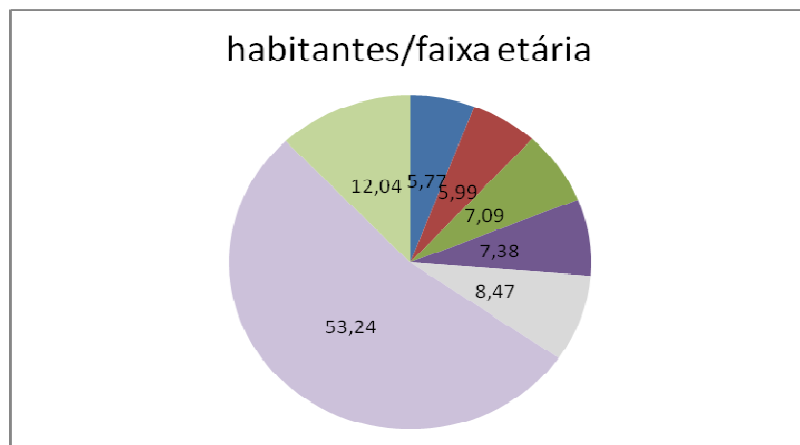
	FAIXA ETÁRIA	ZONA URBANA	
		hab	%
◆	0 a 4	5793	5,43
◆	5 a 9	6098	5,71
◆	10 a 14	7215	6,76
◆	15 a 19	7864	7,36



	FAIXA ETÁRIA	ZONA RURAL	
		hab	%
◆	0 a 4	294	0,27
◆	5 a 9	295	0,27
◆	10 a 14	336	0,31
◆	15 a 19	377	0,35
	Total	1302	1,2

Objetivando estabelecer programas projetos e ações que se destinem as diferentes faixas de idade subdividimos o demonstrativo geral em e consideraremos faixas etárias como segue: de 0 à 4 completos, de 5 à 9 anos completos de 10 à 14 anos completos de 15 à 19 anos completos urbano e rural. Já de 25 a 59 anos e com mais de 60 anos utilizaremos os dados globais divulgados pelo IBGE – 2010.

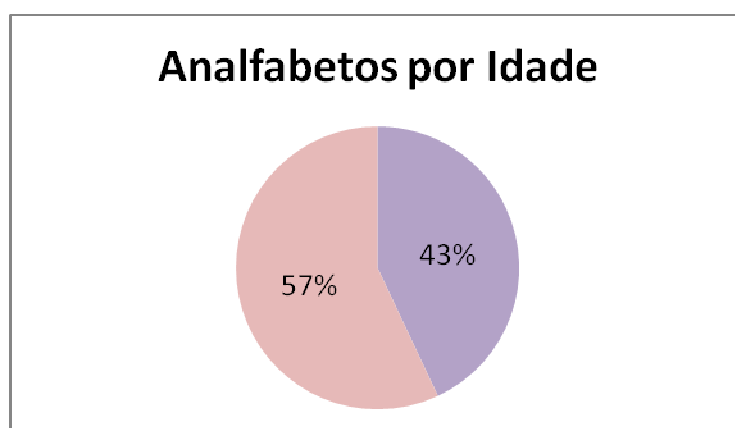
Obs. O desmembramento por faixas de idade no demonstrativo quantitativo rural são aproximados, uma vez que foi construído com base nos percentuais disponibilizados pelo IBGE 2010 dos dados gerais.



(Censo IBGE 2.010)

Demonstrativo

	População residente, sexo e situação do domicílio.					População residente de 15 anos ou mais de idade	
	Total	Homens	Mulheres	Urbana	Rural	Total	Alfabetizada
Valinhos	106.793	52.649	54.144	101.626	5.167	86.899	84.183



◆ de 15 a 60 anos
◆ mais de 60 anos

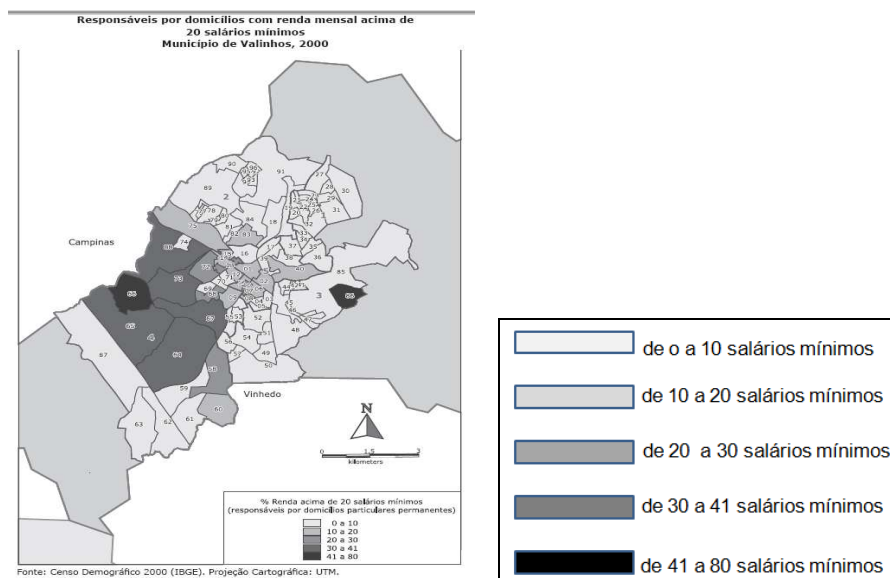
(Censo IBGE 2.010)

Destacamos que do total de 2.716 analfabetos de 15 anos ou mais, 1.167 estão na faixa de 15 a 60 anos (43%) e 1.549 (57%) estão acima dos 60 anos. Esta taxa é bem baixa, entretanto, não está identificado o analfabeto funcional.

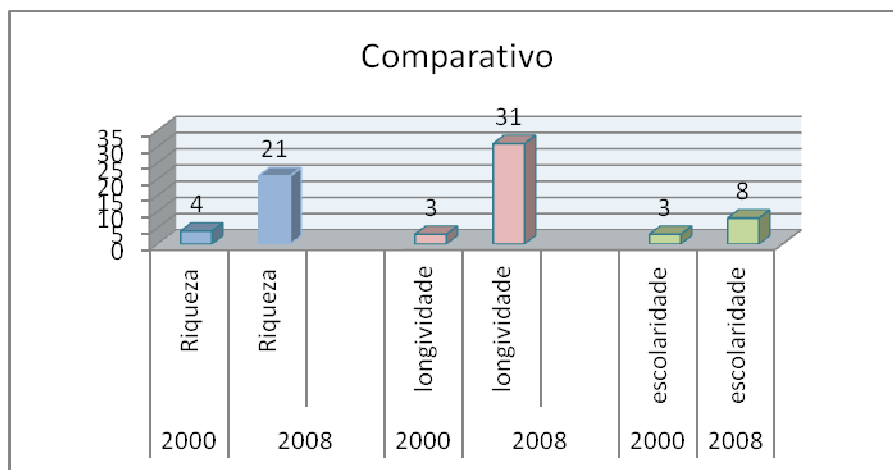
Economia

Sua economia tem no comércio e na indústria suas principais bases de sustentação. Hoje conta com a instalação de 505 indústrias.

Valinhos é o 5º município com o PIB per capita mais elevado (R\$29.520,31) (IBGE – 2008) da Região Metropolitana de Campinas, isto o coloca numa posição economicamente privilegiada em relação à RMC.



Quanto ao IPRS - Índice Paulista de Responsabilidade Social que apresenta as Dimensões da Riqueza, da Longevidade e da Escolaridade, verificamos que Valinhos embora permaneça no **Grupo 1**, recuou nos três indicadores:

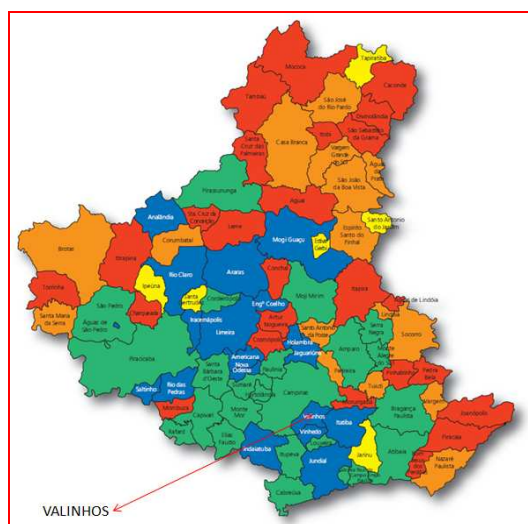


Em 2000 quanto a Dimensão Riqueza estava em 4º lugar junto com Campinas, em 2008 recuou para o 21º lugar;

Quanto à Dimensão Longevidade estava em 3º lugar junto com Artur Nogueira. Em 2008 não está mais entre os trinta melhores;

Quanto à Dimensão Escolaridade estava em 3º lugar e, em 2008 desceu para o 8º lugar.

Obs: Estes indicadores sugerem que nos últimos anos Valinhos não apenas não avançou nas três dimensões como recuou significativamente em um dos indicadores a "longevidade", isto reflete a qualidade de vida dos idosos e requer que sejam planejadas políticas públicas que revertam este quadro pois, de 3º lugar que estava em 2000, não se classificou sequer entre os trinta melhores.



Grupo 1: reúne municípios com elevado nível de riqueza e bons indicadores sociais; manteve em 2008 a configuração espacial observada nas edições anteriores, ou seja, a maioria localiza-se ao longo dos principais eixos rodoviários do Estado (Vias Anhangüera e Presidente Dutra), que se interceptam no Município de São Paulo.

Região Administrativa de
Campinas



Embora, Valinhos possua um índice elevado no PIB, não consegue apresentar indicadores de Responsabilidade Social equiparado à sua riqueza.

Obs.: Isto demonstra, de alguma forma, que o município deixou de produzir riqueza, ao mesmo tempo que parou de investir na educação.

IFDM - ÍNDICE FIRJAN DE DESENVOLVIMENTO MUNDIAL

O IFDM (2010) Índice FIRJAN (Federação das Indústrias do Rio de Janeiro) de Desenvolvimento Municipal por sua vez apresenta os seguintes resultados para Valinhos: (Emprego e Renda: 0,8823; Educação: 0,8668 e Saúde: 0,8950) Localizado em 26º lugar com 0,8814 sendo considerado como um município com IFDM entre 0,8 e 1,0 com alto estágio de desenvolvimento.

As variáveis que compõem o cálculo do índice IFDM:

Emprego e Renda: Geração de emprego formal; Estoque de emprego formal e Salários médios do emprego formal.

Educação: Taxa de matrícula na educação infantil; Taxa de abandono; Taxa de distorção idade série; Percentual de docentes com ensino superior; Média de horas aula diárias e Resultado do IDEB.

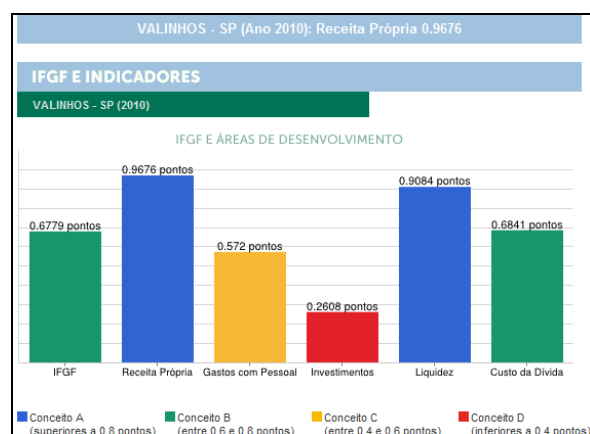
Saúde: Número de consultas pré-natal; Óbitos por causas mal definidas e Óbitos infantis por causas evitáveis.

Conceito A (Gestão de Excelência): resultados **superiores a 0,8** pontos.

Conceito B (Boa Gestão): resultados compreendidos **entre 0,6 e 0,8** pontos.

Conceito C (Gestão em Dificuldade): resultados compreendidos **entre 0,4 e 0,6** pontos.

Conceito D (Gestão Crítica): resultados **inferiores a 0,4** pontos.

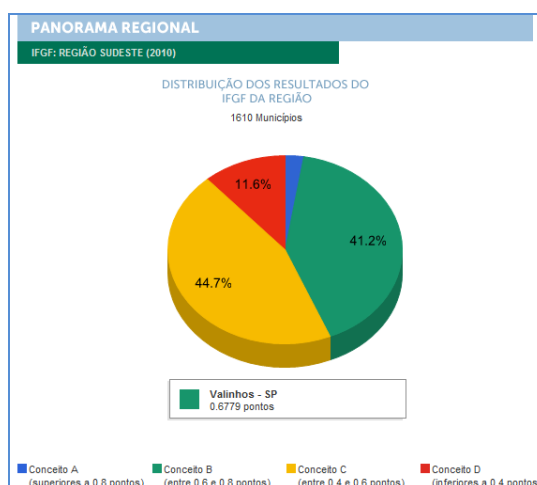


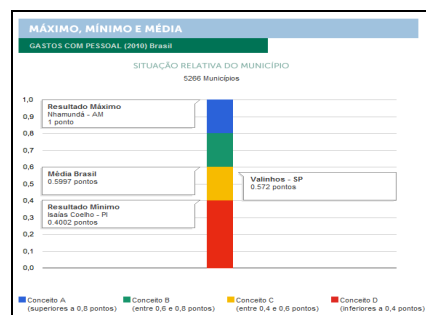
RANKING

IFGF: SÃO PAULO (2010)

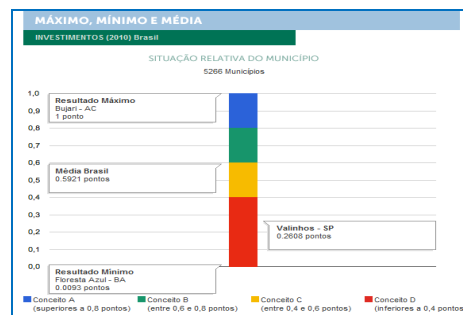
POSIÇÃO DO MUNICÍPIO NO RANKING

Nacional	Estadual	IFGF	UF	Município
938º	177º	0.6779	SP	Valinhos
945º	178º	0.6772	SP	Jaci
946º	179º	0.6772	SP	Magda
949º	180º	0.6768	SP	Guareí
950º	181º	0.6767	SP	Nazaré Paulista



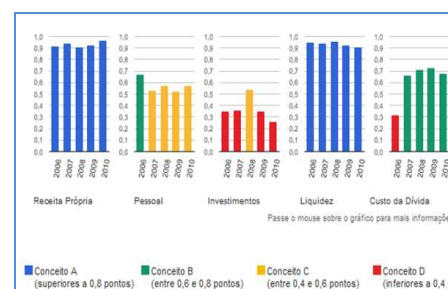
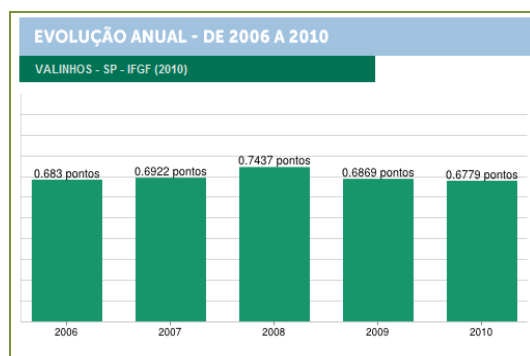


Gastos com pessoal



Investimentos

Este estudo apresenta dois itens que requerem uma avaliação mais pontual, pois se apresentam discordantes com o contexto como um todo, uma vez que em receita própria está em 9º lugar a nível Nacional e em 4º a nível do Estado, entre tanto os indicadores de "Gastos com Pessoal" com conceito "C" (Gestão com Dificuldades) no ranking de 2.993º a nível Nacional e em 463º a nível do Estado, Já com o item "investimento" com conceito "D" (Gestão Crítica), fica no 3.637º a nível Nacional e 495º a nível Estadual denunciando que houve pouco investimento no funcionalismo e que os recursos não foram aplicados.



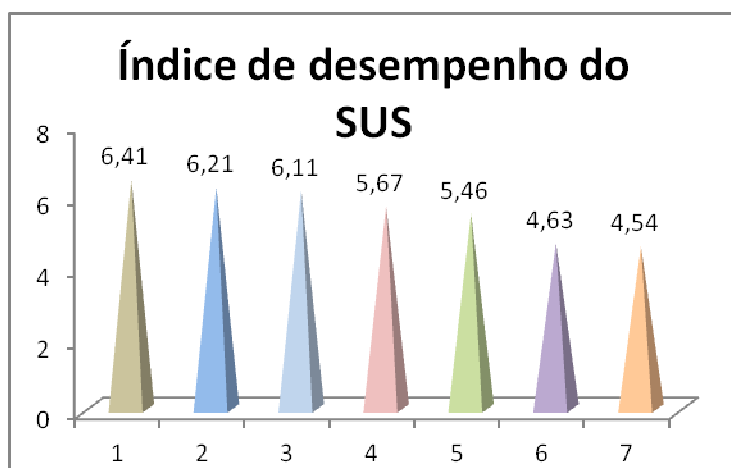
Saúde

O Ministério da Saúde acaba de divulgar o Índice de Desempenho do SUS que atribui nota 5,46 para o sistema de saúde pública no Brasil.

A avaliação foi feita por município e Valinhos obteve uma nota ainda mais baixa, ficando bem atrás da média regional e do Estado de São Paulo.

Município	Nota SUS	Nota Região	Nota Estado	Nota Brasil
São Paulo	6,21	5,99	5,77	5,46
Campinas	6,41			
Itupeva	5,46			
Jundiaí	6,11			
Itatiba	5,67			
Valinhos	4,63			
Vinhedo	4,54			

Fonte: http://portal.saude.gov.br/portal/saude/area.cfm?id_area=1080

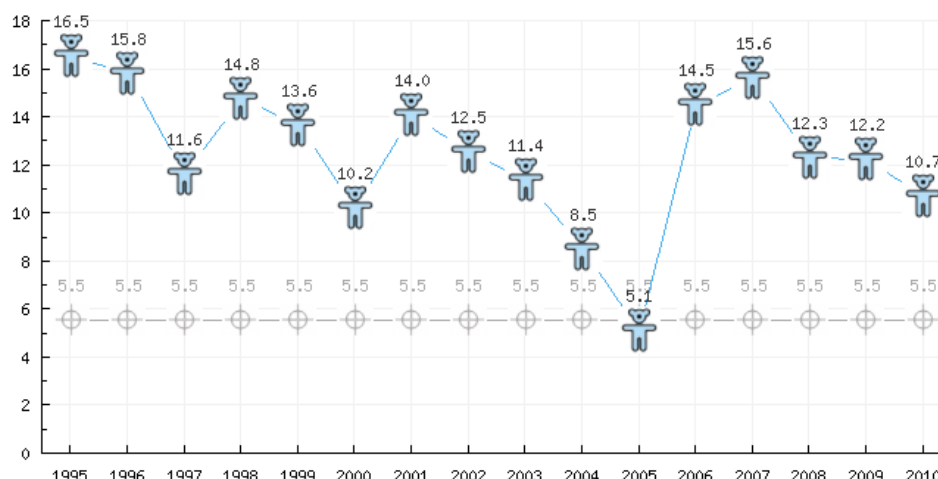


1 - Campinas	6,41
2 - São Paulo	6,21
3 - Jundiaí	6,11
4 - Itatiba	5,67
5 - Itupeva	5,46
6 - Valinhos	4,63
7 - Vinhedo	4,54

Mortalidade infantil em Valinhos

“A OMS (Organização Mundial da Saúde) estabelece como “principal índice” para medir a saúde pública, a taxa de mortalidade infantil”. Ela é o melhor índice porque retrata a saúde da mulher e a saúde da criança. Estes dados confirmam os indicadores de mortalidade Infantil.

Podemos observar que Evolução da mortalidade infantil em Valinhos chegou a triplicar nos últimos 7 anos. Em 2005 estávamos numa situação privilegiada, abaixo do índice considerado aceitável pela Organização Mundial de Saúde - OMS, hoje estamos num patamar que é quase que o dobro do índice aceito. Éramos na ocasião um dos mais baixos índices da Região de Campinas, hoje a média da Região é de 10,27 e a nossa é de 10,70. O novo governo deverá envidar esforços para voltarmos ao patamar de 2005.





Fonte: Fundação Seade.

Universo de crianças 1186> de 0 à 1 ano

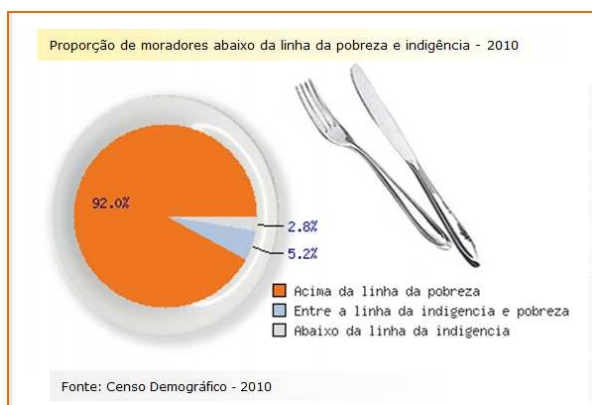
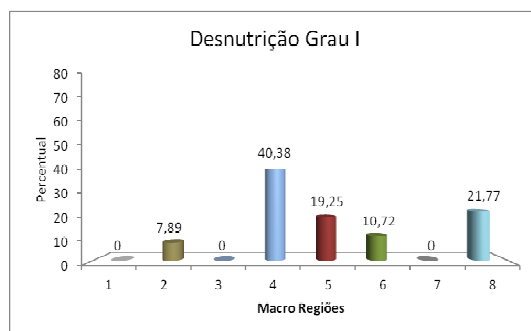
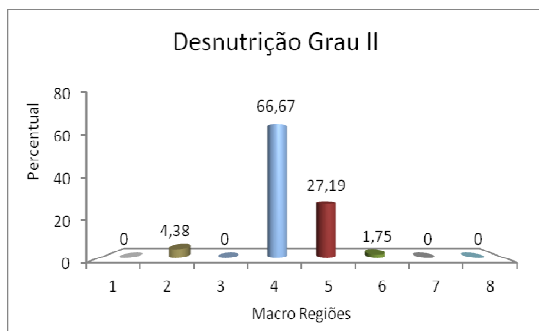
A taxa de mortalidade na infância é a relação entre os óbitos de menores de cinco anos de residentes em uma unidade geográfica, em determinado período de tempo (geralmente um ano), e os nascidos vivos da mesma unidade nesse período. Neste levantamento, também, estamos em situação pior que a média dos 90 municípios da Região de Campinas que é de 11,89, enquanto que nosso índice é de 13,08.



Fonte: Fundação Seade.

Universo 6160 com menos de 5 anos

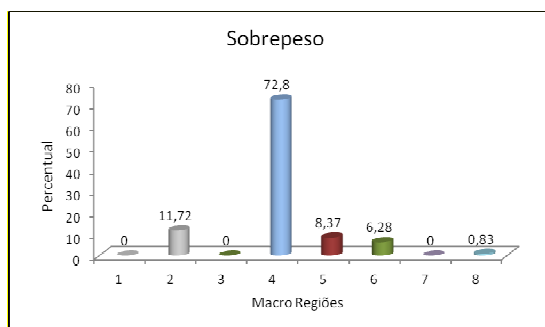
legenda	MR	Desnutrição Grau II		Desnutrição Grau I	
		nº absoluto	%	nº absoluto	%
	I	0	0	0	0
	II	5	4,38	25	7,89
	III	0	0	0	0
	IV	76	66,67	128	40,38
	V	31	27,19	61	19,25
	VI	2	1,75	34	10,72
	VII	0	0	0	0
	VIII	0	0	69	21,77
	Total	114	99,99	317	100,01



Neste município, de 1991 a 2010, a proporção de pessoas com renda domiciliar per capita de até meio salário mínimo reduziu em 22,0%; para alcançar a meta de redução de 50%, deve ter, em 2015, no máximo 5,1%.

Entre a linha indigência e pobreza número de habitantes (5,2%) 5.553.

Abaixo da linha da indigência número de habitantes (2,8%) 2.990.

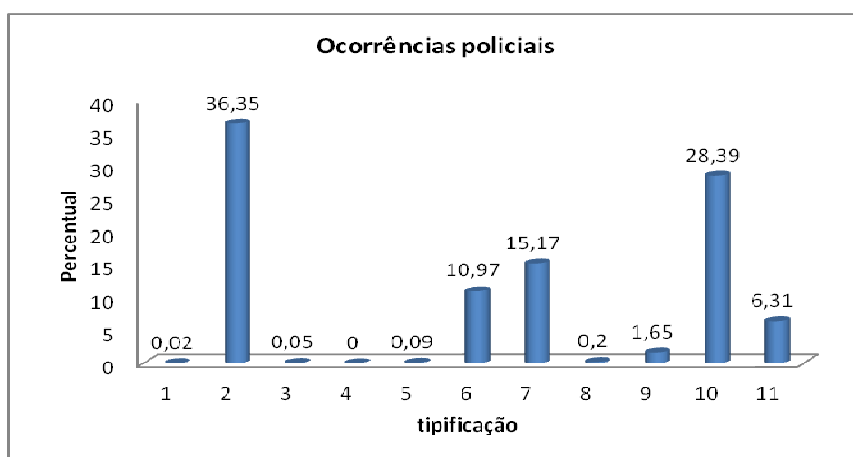


legenda	MR	%
	I	0
	II	11,72
	III	0
	IV	72,80
	V	8,37
	VI	6,28
	VII	0
	VIII	0,83
	Total	100

Segurança Pública

Justiça e Segurança	Ano	Município	Reg. Gov.	Estado
Óbitos por Agressões	2010	3	403	5.600
Número de Ocorrências Policiais	2007	6.315	219.283	2.757.060
Ocorrências de Homicídio Doloso	2007	10	336	4.893
Ocorrências de Roubo Seguido de Morte (Latrocínio)	2007	1	32	290
Total de Ocorrências de Crimes Contra a Incolumidade Pública	2007	152	4.461	56.762
Total de Ocorrências de Crimes Contra a Pessoa	2007	1.905	52.455	643.072
Total de Ocorrências de Crimes Contra o Patrimônio	2007	2.636	89.956	1.127.567
Total de Ocorrências de Crimes Contra os Costumes	2007	35	904	12.536
Total de Ocorrências de Contravenções Penais	2007	286	4.720	80.616
Total de Ocorrências de Crimes	2007	4.933	156.302	1.950.904
Total de Ocorrências Policiais Não criminais	2007	1.096	58.261	725.540

fonte- Fundação Seade

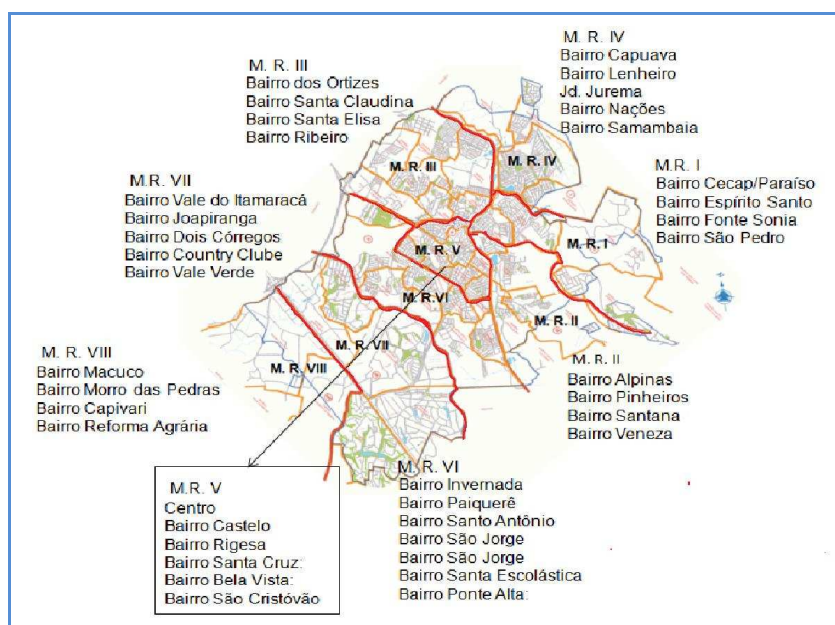


nº abs	%
3	0,02
6.315	36,35
10	0,05
1	0
152	0,09
1.905	10,97
2.636	15,17
35	0,2
286	1,65
4.933	28,39
1.096	6,31
17372	99,2

“Valinhos, entre janeiro e maio do ano passado, apenas um homicídio doloso havia sido registrado. Já no mesmo período deste ano, foram cinco casos. Os casos de homicídio doloso, em que o autor tem a intenção de matar, aumentaram 9,1% na RMC (Região Metropolitana de Campinas) entre janeiro e maio deste ano em comparação com o mesmo período de 2011. Foram 121 casos no ano passado contra 132 este ano. Dos 19 municípios, apenas seis apresentaram redução e um ficou estável neste tipo de crime, enquanto alguns tiveram alta igual ou acima de 200%, como é o caso de Valinhos (400%), Jaguariúna (300%) e Nova Odessa (200%). Já os roubos de veículos e furtos em geral sofreram retração de 1,7%. Os furtos de veículos aumentaram 1,3% e os roubos em geral, 2,2%.”

<http://omelhordevalinhos.com.br/porta>

LEVANTAMENTO E ESTUDO POR MACRO REGIÃO



MACRO REGIÃO I

(CECAP/Paraíso, Fonte Sônia, Jd. Nova Espírito Santo e São Pedro).

Relação dos equipamentos, serviços, programas e projetos:

EDUCAÇÃO:

Creche (0 à 4 anos): - Apresenta (1) equipamento no Parque Portugal;
EMEB's (Infantil): - Possui 4 localizadas nos bairros (3) no CECAP e (1) no Jd. Nova Espírito Santo.

Escola Estadual fundamental: - (1) na Fonte Sônia;

Escola Estadual de Ensino Médio: - (1) na Fonte Sônia;

EJA – Educação de Jovens e Adultos: - (1) no CECAP/Paraíso;

Nesta Macro Região não se encontram escolas particulares que supram a ausência da política educacional pelo município.

EMEB CECÍLIA MEIRELLES	5,6	4,9	I
EMEB PROFª MARLI AP. BORELLI BAZETTO	5,2	5,6	I
EMEB JORGE BIERRENBACH DE CASTRO	5,7	4,8	I

SAÚDE:

UBS – Unidade Básica de Saúde: - Não possui nenhuma.

DESENVOLVIMENTO SOCIAL:

“Recriança”: - O programa atende crianças na faixa etária de 06 a 12 anos incompletos, no período oposto ao escolar, (1) no CECAP/Paraíso

ESPORTES E LAZER:

CECAP/Paraíso – Basquete e judô.

Fonte Sônia – nada.

Jd. Nova Espírito Santo – Basquete, atletismo e futsal.

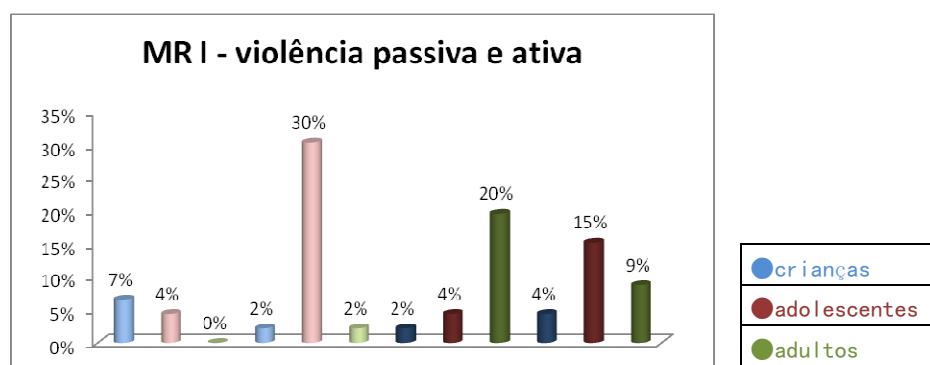
São Pedro – Futsal e futebol.

CULTURA:

Não têm nenhuma atividade cultural.

SEGURANÇA:

Indicadores de violência infanto juvenil:



Cores claras - violência passiva	45%
Cores fortes - violência ativa	54%

MACRO REGIÃO II

(Alpinas, Pinheiros, Santana e Veneza)

Relação dos equipamentos, serviços, programas e projetos:

EDUCAÇÃO:

Creche: - Apresenta 2 equipamentos que atendem crianças em seus bairros; (1) no Pinheiros "Conveniada" e (1) no Santana.

Escola particular (educação infantil): - no Pinheiros.

EMEB's (Infantil): - Possui 3 localizadas nos bairros; (1) no Alpinas, (1) no Pinheiros e (1) no Santana.

Escola Estadual (fundamental): - (1) no Santana;

Escola Estadual de Ensino Médio: - (1) no Santana;

EJA: - 2 unidades; (1) no Alpinas e (1) no Pinheiros.

EMEB HORÁCIO SALLES CUNHA	4,9	4,4	II
EMEB CARLOS DE CARVALHO VIEIRA BRAGA	5	-	II
EE PROF. JOSÉ LEME DO PRADO	-	5,3	II

Obs: - Nesta Macro Região se encontra (1) escola particular de educação infantil o que não supre a ausência da política educacional pelo município.

SAÚDE:

UBS's: - Possui 3; (1) no Alpinas, (1) no Santana e (1) no Pinheiros.

CEMAP: - (Centro Municipal de Atendimento Psicopedagógico e Fonoaudiológico) são serviços que estão centralizados. (1) no Santana.

DESENVOLVIMENTO SOCIAL:

CRAS – Centro de Referência da Assistência Social: - Possui um no Alpinas.

"Recriança" O programa atende crianças em 2 bairros, (1) no Alpinas e (1) no Santana.

ESPORTES E LAZER:

Alpinas – Futsal

Pinheiros – Futebol, Futsal, Karatê, Handebol e Basquetebol

Santana – Voleibol

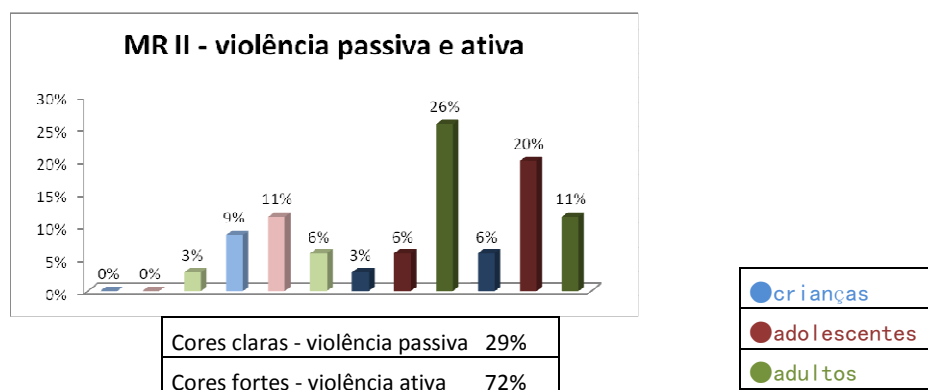
Veneza – nada.

CULTURA:

Não têm nenhuma atividade cultural.

SEGURANÇA:

Quanto aos índices de violência:



MACRO REGIÃO III

(Ortizês, Santa Claudina, Santa Elisa e Ribeiro).

Relação dos equipamentos, serviços, programas e projetos:

EDUCAÇÃO:

Creche: - Não apresenta equipamentos que atendam as crianças em seus bairros;

EMEB's (Infantil): - Possui 2 localizadas nos bairros; (1) no Ortizês e (1) no Ribeiro;

EMEB's (fundamental): - possui 2; (1) no Ortizês e (1) no Ribeiro;

Escola Estadual fundamental: - nenhuma;

Escola Estadual de Ensino Médio: - nenhuma;

EJA: - nenhuma.

EMEB GOVERNADOR ANDRÉ FRANCO MONTORO	5,2	5,2	III
EMEB VICE PREFEITO ANTÔNIO MANONI	5,2	4,1	III

SAÚDE:

UBS's: - Possui (1) no Ribeiro.

DESENVOLVIMENTO SOCIAL:

"Recriança": - Atende crianças nos bairros; (1) no Santa Elisa e (1) no Ribeiro.

ESPORTES E LAZER:

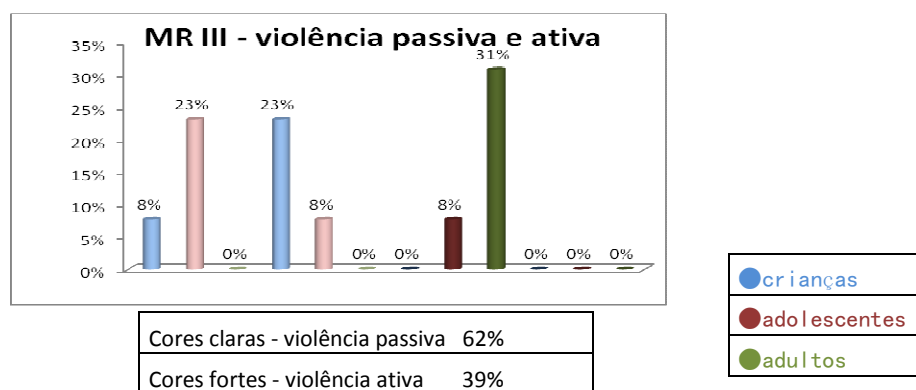
Nada. No Santa Claudina não existe nenhum equipamento.

CULTURA:

Não têm nenhuma atividade cultural.

SEGURANÇA:

Quanto aos índices de violência:



MACRO REGIÃO IV

(Capuava, Lenheiro, Jurema, Nações e Samambaia).

Relação dos equipamentos, serviços, programas e projetos:

EDUCAÇÃO:

Creche: - Apresenta 4 equipamentos que atendem as crianças nos bairros; (1) no Capuava, (1) no Jurema (1) no Samambaia e (1) "Conveniada" no Lenheiro.

EMEB's Infantil: - Possui 4 localizadas nos bairros; (2) no Jurema, (1) no Capuava e (1) no Samambaia.

EMEB's (fundamental): - possui 2; (1) no Jurema e (1) no Samambaia;
 Escola Estadual (fundamental): - possui 2; (1) no Jurema e (1) no Samambaia
 Escola Estadual de Ensino Médio: - possui 2; (1) no Jurema e (1) no Samambaia.
 EJA: - possui (1) no Samambaia.

EMEB DOM BOSCO	5,2	-	IV
EMEB Prof. ^a ALICE SULI NONATO	5,0	-	IV
EE MARIA NEIVA JUSTO	-	5,6	IV
EE JARDIM SÃO MARCOS	-	4,8	IV

SAÚDE:

UBS's: - Possui 3: - (1) no Capuava, (1) no Jurema e (1) no Samambaia.

DESENVOLVIMENTO SOCIAL:

"Recriança": - Atende crianças somente no Jurema.

CRAS: - possui (1) no Samambaia.

ESPORTES E LAZER:

Capuava – Futebol;

Lenheiro – nada;

Jurema – Futebol e Basquetebol;

Samambaia – Atletismo, Futsal e Futebol;

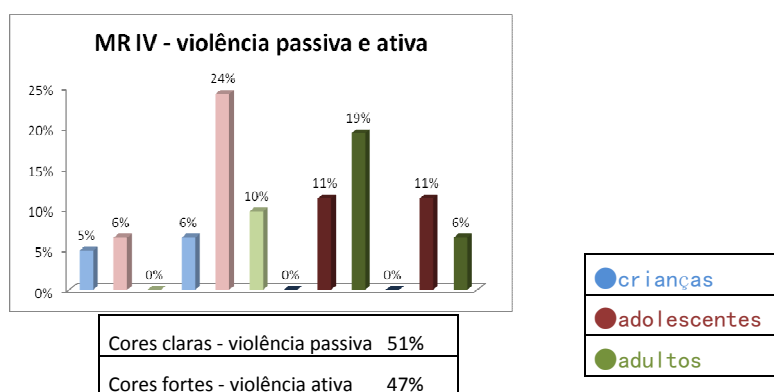
Nações - não existe nenhum equipamento.

CULTURA:

Não têm nenhuma atividade cultural.

SEGURANÇA:

Quanto aos índices de violência:



MACRO REGIÃO V

(Centro, Castelo, Rigesa, Santa Cruz, Bela Vista e São Cristóvão).

Relação dos equipamentos, serviços, programas e projetos:

EDUCAÇÃO:

Creche: - Não apresenta equipamentos.

EMEB's (Infantil): - possui 3 localizadas nos bairros; (1) no Centro, (1) no São Cristóvão e (1) no Castelo.

EMEB's (fundamental): - (1) no Santa Cruz.

Escola Estadual (fundamental): - 2, (1) no Centro e (1) no Santa Cruz.

Escolas particulares (fundamental): - possui 4, sendo (1) no Centro, (1) no Castelo, (1) no Santa Cruz e (1) no Bela Vista.
 Escola Estadual de Ensino Médio: - nenhuma;
 Escola particular (médio): - (1) no Centro.
 Escola particular (ensino superior): - (1) no Centro
 EJA: - não possui.

EMEB PADRE LEOPOLDO PETRUS LIEMPT	5,5	-	V
EE PROF. ANTÔNIO ALVES ARANHA	-	5,9	V
EE AMÉRICO BELLUOMINI	-	4,8	V
EE PROF CYRO DE BARROS REZENDE	Escolhido	p/amostra	V

SAÚDE:

UBS's: - Possui 2; (1) no Centro e (1) no São Cristóvão.
 CREAPS (Centro de Referência de Atendimento Psicossocial): - no bairro Rigesa (único no município).
 Casa do Adolescente: - no Centro (única no município).

DESENVOLVIMENTO SOCIAL:

CAS – Centro de Assistência Social: - no bairro Rigesa (único no município).
 CRAS: - (1) no Rigesa.
 CREAS – Centro de Referência Especial de Assistência Social: - (único no município) no Santa Cruz.
 Projeto Ágape família acolhedora: - no Rigesa.
 "Recriança": - (1) no bairro São Cristóvão.

ESPORTES E LAZER:

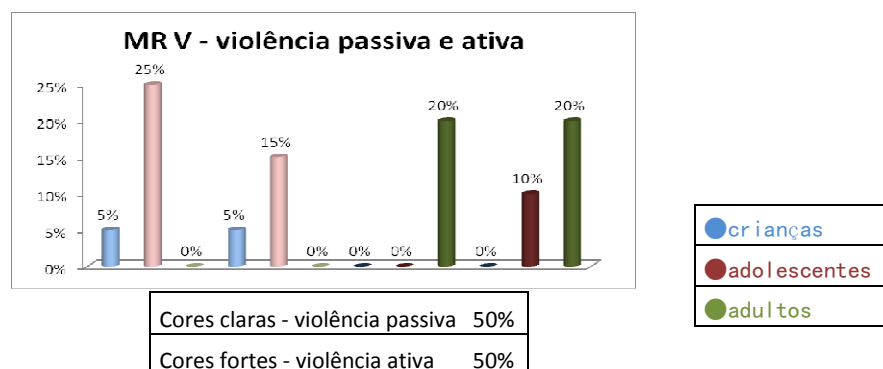
Centro – nada.
 Castelo – Futsal e Karatê.
 Rigesa – nada.
 Santa Cruz – nada.
 Bela Vista – Futsal, Voleibol, Handebol, Basquetebol, Judô e Karatê.
 São Cristóvão – nada.

CULTURA:

Não têm nenhuma atividade cultural.

SEGURANÇA:

Quanto aos índices de violência:



Podemos observar que os índices de agressão (50%) são iguais que o daqueles que sofrem a agressão (50%).

MACRO REGIÃO VI

(Invernada, Paiquerê, Santo Antônio, Apaga-Fogo, São Jorge, Santa Escolástica e Ponte Alta),
Relação dos equipamentos, serviços, programas e projetos:

EDUCAÇÃO:

Creche: - Apresenta 2 equipamentos; (1) no São Jorge e (1) no Ponte Alta;
EMEB's (Infantil): - Possui 3 localizadas nos bairros (1) no Santa Escolástica e (2) no Ponte Alta;
Escola particular (ensino infantil): - (1) no Santo Antônio;
EMEB's (fundamental): - possui 3; (1) no Santo Antônio e (2) no Ponte Alta;
Escola Estadual (fundamental): - nenhuma;
Escolas particulares (fundamental): - nenhuma;
Escola Estadual de Ensino Médio: - nenhuma;
Escola particular (médio): - (1) no Santo Antônio;
EJA: - possui (1) no Ponte Alta.

EMEB PROF WALDOMIRO MAYR	-	4,5	VI
EMEB LUIZ ANTONIAZZI	5,8	4,8	VI
EMEB ANTONIO PERSEGHETHI	5,3	-	VI
EMEB PROFª FANY MOLETA	6,4	-	VI

SAÚDE:

UBS's: - Possui 2; (1) no Santo Antônio e (1) no Ponte Alta.

DESENVOLVIMENTO SOCIAL:

"Recriança": - Atende crianças nos bairros; (1) no Santa Escolástica e (1) no Ponte Alta.

ESPORTES E LAZER:

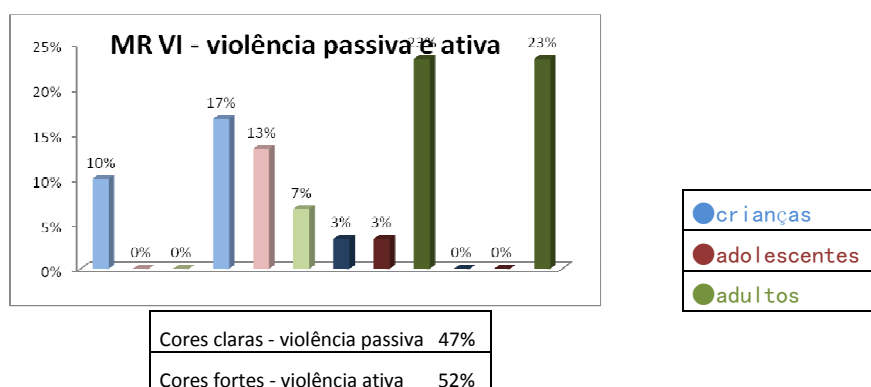
Invernada – nada.
Paiquerê – nada.
Santo Antônio – nada.
Apaga-Fogo – nada.
Santa Escolástica – nada.
Ponte Alta – Futsal, Handebol, Futebol e Atletismo.

CULTURA:

Uma iniciação teatral no Santo Antônio.

SEGURANÇA:

Quanto aos índices de violência:



MACRO REGIÃO VII

(Vale do Itamaracá, Joapiranga, Dois Córregos, Country Clube e Vale Verde).

Relação dos equipamentos, serviços, programas e projetos:

EDUCAÇÃO:

Creche: - Não apresenta equipamentos que atendam às crianças.

EMEB's (Infantil): - possui 3 localizadas nos bairros; (1) no Joapiranga, (1) no Country Clube e (1) no Vale Verde.

Escola particular (ensino infantil): - sem informações.

EMEB's (fundamental): - (1) no Joapiranga, (1) no Country Clube e (1) no Vale Verde.

Escola Estadual (fundamental): - nenhuma.

Escolas particulares (fundamental): - sem informação.

Escola Estadual de Ensino Médio: - nenhuma;

Escola particular (médio): - nenhuma.

EJA: - não possui.

SAÚDE:

UBS's: - Não possui nenhuma.

DESENVOLVIMENTO SOCIAL:

Nada

ESPORTES E LAZER:

Vale do Itamaracá – nada.

Joapiranga – Futsal.

Dois Córregos – nada.

Country Clube – nada.

Vale Verde – Futsal e Futebol.

CULTURA:

Nada.

SEGURANÇA:

Nada.

MACRO REGIÃO VIII

(Capivari, Macuco, Morro das Pedras e Reforma Agrária).

Relação dos equipamentos, serviços, programas e projetos:

EDUCAÇÃO:

Creche: - Não apresenta equipamentos que atendam às crianças.

EMEB's (Infantil): - Possui 3 localizadas nos bairros (1) no Capivari, (1) no Macuco e (1) no Reforma Agrária.

Escola particular (ensino infantil): - nenhuma.

EMEB's (fundamental): possui 3; - (1) no Capivari, (1) no Macuco e (1) no Reforma Agrária.

Escola Estadual (fundamental): - nenhuma.

Escolas particulares (fundamental): - nenhuma.

Escola Estadual de Ensino Médio: - nenhuma;

Escola particular (médio): - nenhuma.

EJA: - (1) no Reforma Agrária.

Gestão e Participação

PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

Entendemos que mesmo o Governo tendo capacidade e acúmulo técnico e político para formular as políticas públicas, a implementação destas terá maior legitimidade se a sociedade for incorporada no processo. Reconhecemos que esta, não só tem direito de participar e assumir ativamente a construção delas, como também o seu desenvolvimento. A presença, portanto da sociedade além de legitimar, propicia a sua transformação tornando-a protagonista. Desta forma, além de ser ético e politicamente justo, passa a favorecer a implementação do Programa de Governo.

Esta proposta requer uma pedagogia de participação cidadã onde se possibilite o efetivo exercício da democracia e da cidadania ativa no fortalecimento das esferas públicas e na construção de uma nova cultura política que deverá capacitar as pessoas e as comunidades a exercerem a cidadania, com direitos e responsabilidades.

No atual governo, as camadas populares não têm voz, nem vez. Mas nós vamos trabalhar para alterar esse quadro, pois nosso compromisso é realizar uma administração transparente, eficiente e democrática, capaz de incorporar efetivamente a participação dos cidadãos, permitindo maior controle social sobre a prestação do serviço público e as ações realizadas.

Por isto é importante investir na ampliação dos espaços de participação cidadã respeitando sempre a independência dos movimentos sociais, pois a sociedade se reconhece naquilo que ajudou a construir.

Modernização Administrativa

Apresentamos como proposta a construção de um modelo de gestão pública, sustentado no princípio fundamental que pressupõe a necessidade de um gerenciamento eficiente, que modifique a relação entre o Estado e a sociedade, focado na importância da participação desta no processo decisório da implementação das políticas públicas que atendam a realidade do município. Redimensionar-se-á e ampliando-a, desta forma, sua capacidade gerencial.

Neste modelo de gerenciamento a sociedade passa a resgatar a sua participação cidadã no controle e monitoramento da coisa pública, construindo-se uma nova cultura de corresponsabilidade que favoreça atingir o cumprimento de planos e metas, apresentadas pelo governo.

Propomos, ainda, um gerenciamento flexível, articulado e intersetorial na elaboração e execução das políticas públicas, pensando sua coordenação e sua execução de forma integrada e articulada entre os planos e programas (Matricialidade).

Esta nova forma de gerenciamento requer que a máquina administrativa e seus agentes públicos (servidores) sejam incluídos no processo de reconstrução, para estabelecermos numa ação conjunta novas formas e rotinas de trabalho, desenvolvimento, avaliação e valorização de competências destes servidores, e daqueles que trabalham e inovam, bem como, de todos os executores e operadores de políticas públicas.

Desta forma, o servidor deve ser motivado a partilhar da construção de um novo projeto ousado, corajoso, consequente e responsável, que promova o aprimoramento da máquina pública. Sem a cooperação e colaboração destes trabalhadores, dificilmente será possível a prestação de um serviço eficiente e de qualidade à população. Assim sendo, o gerenciamento será pautado no respeito, diálogo e negociação, associados à franqueza, transparência, seriedade e lisura, pois, somente assim será possível fazer dos servidores públicos nossos parceiros nesta proposta e colocar a administração municipal verdadeiramente a serviço da sociedade.

Reorganização Política Administrativa

A administração pública em Valinhos parou no tempo, o atual organograma de secretarias não responde as necessidades contemporâneas. Como exemplo, podemos citar a Secretaria da Assistência Social e Habitação, que possui apenas uma diretoria e uma assistente social na área habitacional. Não é por outro motivo que o governo municipal não conseguiu produzir uma única habitação para famílias da faixa 1 nestes últimos oito anos. Salvo o que foi herdado quando assumiram o poder, nada mais foi realizado, mesmo com programas como PAC I e II, MCMV e chamadas para projetos do FNHIS.

Isso se dá pela falta de estrutura mínima da Secretaria de Habitação, que com ínfimos dois servidores não consegue aprender a nova realidade do setor no Brasil pós-governo LULA.

Como esse, vários outros exemplos podem ser dados, porém o que pretendemos é apresentar soluções que possibilitarão a reorganização da máquina pública tornando-a eficiente e capacitada para atender às demandas da população valinhense.

PROPOSTAS

- ✓ Criação do IPUMHV – Instituto de Planejamento Urbano, Mobilidade e Habitação de Valinhos, que absorveria as Secretarias de Planejamento, Habitação, Trânsito e Transporte. Essa nova estrutura será responsável por desenvolver planos e projetos, captar recursos. A fiscalização e a execução das obras ficarão a cargo da CDUV – Companhia de Desenvolvimento Urbano de Valinhos, braço executor do Instituto, que responderá pelos processos licitatórios, obras e pós-obras, sendo totalmente independente da Secretaria de Obras, que continuará gestora das obras de equipamentos públicos.
- ✓ O DAEV – Departamento de Água e Esgoto de Valinhos terá seu papel ampliado, unindo-se a Secretaria de Meio Ambiente e transformando-se na ASAV –

Agência de Saneamento Ambiental de Valinhos, englobando a política de abastecimento e tratamento de água e esgoto, de resíduos sólidos (usina de inertes, compostagem, reciclar, etc), educação ambiental, proteção e recuperação de mananciais e demais ações conforme disposto no Plano Nacional de Resíduos Sólidos.

- ✓ Conforme disposto pela ANEEL o município deverá assumir o controle dos ativos da CPFL, que opera o Sistema de Energia Elétrica. Há duas possibilidades, realizar uma concessão ou assumir o gerenciamento. Nós temos o entendimento de que o serviço prestado pela CPFL para analisar projetos, realizar novas ligações e manutenção da rede, ficam aquém da expectativa da população valinhense, pois se trata de uma grande Companhia que atende vários municípios ao mesmo tempo, e com o crescimento da RMC será cada vez mais necessário respostas dinâmicas aos problemas de ordem energética. Desta forma criaremos a Secretaria de Energia Elétrica, que será responsável pela política, instituição, monitoramento e aprovação de expansões da rede do setor e para o controle e operação do Sistema Municipal de Energia Elétrica oferecendo rapidez e qualidade no serviço de manutenção da rede. Para tanto, será criada a CEEV – Companhia de Energia Elétrica de Valinhos, braço executor da Secretaria.

Políticas Públicas ao Alcance de Todos

Nestes eixos serão englobadas as políticas que dizem respeito diretamente à garantia de direitos e à condição do seu exercício por meio da interrelação das ações.

É importante observar que a viabilização de políticas sociais, de forma democrática e planejada, contribui para a superação da exclusão e das desigualdades. Efetivando a participação cidadã se favorece que o trabalho e a produção se desenvolvam em melhores condições para todos os cidadãos(ãs).

O fortalecimento e a garantia de direitos devem ser premissas que permeiem todas as políticas públicas podendo ser objeto de programas e campanhas especiais, que possibilitem ampliar ações para a formação e comunicação, visando o conhecimento e o empoderamento da sociedade sobre seus direitos.

Independentemente do objeto específico de cada uma das políticas sociais, estas devem ter premissas comuns e, entre elas a garantia de respeito aos direitos humanos que se refere ao direito à segurança, à privacidade, ao acesso à justiça, a não discriminação, ao tratamento justo e digno, que engloba todos os direitos sociais, políticos, econômicos e culturais.

Um novo olhar – um olhar integrado – sobre as políticas setoriais.

Na execução das políticas públicas nos diversos órgãos e secretarias, o foco dessas políticas é o cidadão e a cidadã, pessoas que precisam ter suas necessidades atendidas de maneira articulada e integrada, e não dispersa pelo atendimento

fragmentado de diferentes portas de entrada nos serviços. Planejar e coordenar as políticas sociais sob a forma de “planos”, “programas” e “projetos”.

O atendimento específico é importante, não pode ser mais entendido como um reforço da discriminação e, sim, como forma pensada de combate aos preconceitos e de reconhecimento da diversidade de condições e situações da sociedade. Aqui se enquadram as instâncias e programas específicos em relação aos grupos tradicionalmente marginalizados ou mais vulneráveis.

Por fim, toda política deverá ter caráter universal e respeito à equidade, tendo por meta atender a todos os cidadãos e cidadãs, levando-se em conta as suas especificidades.

Ainda, no desenvolvimento das políticas, isto poderá ser garantido no âmbito municipal, por meio de ações executadas pelo poder público ou por setores não governamentais, com termos de parceria ou contratos de gestão, sob controle público quanto ao financiamento e ao monitoramento dos seus resultados.

Direitos Humanos e Desenvolvimento Social

DESENVOLVIMENTO HUMANO

Partimos da compreensão de que os Direitos Humanos constituem condição de suma importância para prevalecer a dignidade das pessoas, e que estes devem ser promovidos e protegidos por meio de esforço conjunto do Estado e da sociedade civil, neste sentido foi um avanço significativo dentro do processo de democratização das políticas públicas ao se alinhar aos Direitos Humanos.

Constatamos que mesmo tendo um dos PIB's mais elevados da Região Metropolitana de Campinas precisamos pensar no bem estar das pessoas, por conseguinte, nos direitos do ser humano para todas as camadas sociais. Desta forma, o conceito de Desenvolvimento será aplicado por ser mais amplo e refletir, de fato, melhorias nas condições de vida de todos os cidadãos valinhenses.

Pretendemos, ainda, centralizar esforços no trato às desigualdades inerentes aos mecanismos de distribuição, ausência de serviços públicos e de assistência do Município que propiciem a expansão das escolhas individuais.

Este conceito de desenvolvimento reconhece seu caráter pluralista e parte do princípio de que a conquista de liberdades não representa somente um fim, mas também o meio para seu alcance pleno. A participação e o controle social das políticas públicas em Direitos Humanos deve ser portanto, um diálogo plural e transversal entre os vários atores sociais.

Reforçamos a ideia de que o desenvolvimento só poderá ser garantido se as pessoas forem protagonistas do processo, e isto pressupõe o acesso de todos os indivíduos aos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais, buscando garantia do acesso ao trabalho, à saúde, à educação, à alimentação, à vida cultural, à moradia

adequada, à previdência, à assistência social e a um meio ambiente sustentável. Ressaltamos que esta noção de desenvolvimento vem sendo construída como parte de um debate em curso na sociedade e no atual governo federal, ressaltando a preocupação com a preservação e a sustentabilidade como pilares estruturantes de uma proposta renovada de progresso.

"O PNDH-3 propõe instrumentos de avanço e reforça propostas para políticas públicas de redução das desigualdades sociais concretizadas por meio de ações de transferência de renda, incentivo à economia solidária e ao cooperativismo, à expansão da reforma agrária, ao fomento da aquicultura, da pesca e do extrativismo e da promoção do turismo sustentável".

Por fim, nossa proposta reforça o papel da equidade no Plano Plurianual (PPA), como instrumento de garantia de priorização orçamentária de programas sociais.

AUTONOMIA AOS CONSELHOS DE DIREITO

Para garantir a construção de um novo projeto há de se mudar a mentalidade diante das injustiças que assolam nosso município, é necessário começarmos a nos posicionar e garantir, a organização dos espaços institucionalizados na defesa de Direitos Humanos que favoreçam a luta e o enfrentamento da pobreza, e ainda das desigualdades sociais, auxiliando no resgate a dignidade e a cidadania da sociedade.

Vimos mantendo, um "*modelo legal*" de democracia participativa, mas em realidade o modelo de democracia representativa ainda impera na determinação das prioridades políticas. Os representantes eleitos para o executivo e para o legislativo vêm definindo orçamentos públicos contrariando as diretrizes constitucionais de participação popular na medida em que não estabelecem e nem os elaboram de forma articulada com os conselhos de direitos.

A participação da população na formulação das políticas públicas, na transparência e no controle das ações governamentais é, ao contrário do que pensam e temem muitos dirigentes, um fator de fortalecimento do município, nesta complexa e desafiadora etapa de construir uma sociedade mais justa.

A ideia, portanto, é se promover um maior fortalecimento dos conselhos de direito abrindo estas discussões de forma mais amplas e construindo o caminho a ser trilhado.

PROPOSTAS

Conselhos de Direito

- ✓ Criar o Conselho Municipal de Transparência e Controle Social;
- ✓ Criar programa de capacitação e formação continuada de conselheiros de políticas públicas e dar mais efetividade às ações destes;
- ✓ Garantir uma atuação eficaz e eficiente de suas funções em conformidade com as legislações pertinentes ao controle democrático e à transparência nos procedimentos e condutas;

- ✓ Dar condições técnicas aos conselheiros para fiscalizar/acompanhar a gestão pública, elevando a qualidade de suas intervenções;
- ✓ Criar a Secretaria Executiva dos conselhos de direito conforme preveem as Leis pertinentes;
- ✓ Constituir espaço conjunto adequado em local de fácil acesso para o funcionamento dos Conselhos de Direito, possibilitando o trabalho intersetorial e articulado, consolidando o ponto de referência para a população, gerando visibilidade e fortalecimento para o controle social.

Conselhos Tutelares

- ✓ Criar mais um conselho tutelar ampliando sua capacidade de atendimento;
- ✓ Propiciar capacitação e formação continuada de conselheiros dando mais efetividade as suas ações;
- ✓ Garantir remuneração compatível com a função equiparando-a aos profissionais de nível universitário da prefeitura;
- ✓ Implantar o SIPIA - Sistema de Informação para Infância e Adolescência;
- ✓ Dar suporte técnico e administrativo compatível que possibilitem o bom desempenho de sua atuação.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

O compromisso do Sistema Único da Assistência Social – SUAS é com a prestação de serviços de assistência social na perspectiva da universalidade e qualidade dos resultados, articulando e provendo ações de proteção social básica e especial, junto a sociedade. Estarão pautados, inicialmente, prover os mínimos sociais daqueles que aqui vivem abaixo da linha de extrema pobreza. Desenvolvido através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, no atendimento às necessidades básicas tendo em vista a garantia da vida, a redução de danos e a prevenção da incidência de riscos.

Partimos do princípio que todo cidadão tem o direito de acesso nas atenções da rede socioassistencial, às proteções básica e especial da política de assistência social, direta e conveniada, sem discriminação ou tutela lhe sendo garantido manifestar-se, exercer protagonismo e controle social na política de assistência social, bem como, devendo ser estas operadas de modo articulado para garantir completude de atenção, tanto no meio rural quanto no urbano, devendo ser preservada a autonomia pessoal dentro das possibilidades e limites de cada um.

Os serviços ofertados de ação continuada deverão ser localizados próximos às suas residências, operados por profissionais qualificados, capacitados e permanentes, em espaços com infraestrutura adequada e acessibilidade, que garantam atendimento privativo, inclusive, para os usuários com deficiência e idosos.

A melhoria de qualidade de vida deverá ser garantida pela articulação, intersetorial da política de assistência social com outras políticas públicas, para que alcance moradia digna, trabalho, cuidados de saúde, acesso à educação, à cultura, ao esporte e lazer, à segurança alimentar, à segurança pública, à infraestrutura urbana e

rural, à documentação civil e à preservação do meio ambiente e desenvolvimento sustentável.

Será desenvolvido um sistema de informação de forma pública, individual e coletiva sobre as ofertas da rede socioassistencial, seu modo de gestão e financiamento, bem como, sobre os direitos socioassistenciais, os modos e instâncias para defendê-los e exercer o controle social, propiciando seu empoderamento e protagonismo, respeitados os aspectos da individualidade humana, como a intimidade e a privacidade.

Por fim no desenvolvimento desta política partimos do pressuposto do fortalecimento da democracia participativa, da convivência familiar e comunitária e da concretização da cidadania, para tanto, serão criados e ampliados os canais de participação popular.

Garantiremos o comando único, a descentralização das ações da assistência social e sua intersectorialidade com as demais políticas públicas. Pretendemos ainda ampliar o estabelecimento de parcerias com a sociedade civil e fortalecer a rede sócio assistencial dos serviços de proteção e inclusão social que atendam a toda a sociedade.

CRIANÇA E ADOLESCENTE

"Investir na infância é responder ao presente e, simultaneamente, lançar as bases do futuro", assim sendo, priorizar a infância no conjunto de muitas outras demandas, é uma estratégia inteligente para obter ganhos sociais e econômicos superiores aos gerados por qualquer outro investimento. No entanto, para as crianças, mais importante do que preparar o futuro é viver o presente.

Elas precisam viver agora e na forma mais justa, plena e feliz. *"a criança é o pai do homem",* ela é, igualmente, o agora, como poeticamente a definiu Gabriela Mistral: *"Para elas não podemos dizer 'amanhã': seu nome é 'hoje'".*

A infância constitui uma etapa da vida com sentido e conteúdo próprios se fazendo necessário ver também, na criança um valor em si mesmo. Devemos entendê-la como pessoa em desenvolvimento, isto implica conferir plenitude ao momento da infância, por ela ter sentido em si mesma e, adicionalmente, nessa mesma dinâmica, situá-la num processo de formação cuja meta é sempre mais adiante, o de se perceberem como sujeitos de direito.

Ao reconhecermos as crianças e adolescentes como sujeitos de direito temos que tratá-las como tal, protagonistas de sua própria história e da nossa história social coletiva. Pretendemos, portanto criar espaços de participação próprios dentro de um processo educativo, com metodologia adequada.

Reforça-se aqui a ideia de que uma sociedade realmente democrática reconhece crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, e, portanto garante sua participação no processo de tomada de decisões coletivas propiciando o protagonismo infanto juvenil.

Entretanto, isto não se concretiza na medida em que não são garantidos os mesmos direitos e oportunidades a todos, sabemos que na vida real, as desigualdades são perpetuadas e, admitimos a contradição quando afirmarmos direitos iguais para todos.

Isto se expressa no nosso município pela baixa oferta de creches públicas, fator este que se torna mais grave pelo fato de afetar predominantemente, as crianças de mães trabalhadoras, das famílias de renda mais baixa. Isto acaba por gerar inúmeros problemas de saúde, desnutrição, violência, abandono, além de restrições ao desenvolvimento e aprendizagem que poderiam ser evitados se as famílias pudessem contar com serviços públicos de qualidade (centros de saúde, centros de assistência social, estabelecimentos de educação infantil), além de políticas de segurança, saneamento, lazer e apoio à organização comunitária em suas áreas de residência.

Desta forma no desenvolvimento e implementação da política municipal em atenção à criança e ao adolescente serão respeitados os seguintes princípios da Política Nacional de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente:

- ✓ O reconhecimento da criança e do adolescente como sujeitos de Direitos;
- ✓ O respeito aos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes assegurados nas Normas Nacionais e Internacionais existentes;
- ✓ A igualdade e respeito à diversidade;
- ✓ A universalidade dos direitos e das políticas;
- ✓ A equidade e justiça social;
- ✓ A garantia de prioridade absoluta;
- ✓ A descentralização político-administrativa e a municipalização;
- ✓ A participação e controle social;
- ✓ Articulação das várias esferas de poder e entre governo e sociedade civil;
- ✓ A articulação, integração e intersectorialidade das políticas, programas e serviços;
- ✓ A transparência da Gestão do Estado.

PROPOSTA

- ✓ Atendendo a orientação do governo federal construiremos junto com o CMDCA e a participação da sociedade o plano Municipal pela 1ª Infância em consonância com o Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes .

TERCEIRA IDADE

"A longevidade humana aumentada nos dias atuais é uma realidade. Entretanto, ela pode ser vista como uma situação ambígua, pois, se por um lado temos a possibilidade de desfrutar de mais anos de vida, por outro, corremos o risco de viver em meio à incapacidade e dependente de outros, na medida em que o

avançar da idade aumenta também a probabilidade de ocorrência de doenças e prejuízos à funcionalidade física, psíquica e social.”

O envelhecimento deve ser compreendido como uma experiência heterogênea, que depende, principalmente, de como cada pessoa organizou seu curso de vida, ainda há de se levar em conta outras influências, tais como, genéticas e ambientais, psicológicas, socioculturais, as quais favorecerão ou não o envelhecimento normal. Consequentemente se as pessoas envelhecerem com autonomia e independência, com boa saúde física, desempenhando papéis sociais, permanecendo ativos e desfrutando do senso de significado pessoal, a experiência de bem-estar pode acompanhá-las durante toda a sua velhice.

Consideramos, portanto, que o aumento da longevidade que o homem vem conquistando não tem muito valor se ele, ao ter seus anos de vida prolongados, não desfrutar de ótima qualidade de vida, mantendo-se distante de um espaço social, em relativa alienação, inatividade e sem possibilidade de continuar seu desenvolvimento.

Neste ponto, cabe aos gestores contribuir e propiciar aos idosos um envelhecimento que os mantenham ativos, em contato com novidades, aprendendo coisas novas, onde desempenhem papéis sociais, integrando-se a contextos que lhes sejam significativos, de modo a preservarem o sentido de vida.

Assim, sugere-se a manutenção de atividades sistemáticas, pois estas possibilitam, além do convívio social, o compromisso e a responsabilidade como cidadãos, condições fundamentais para a preservação do significado existencial.

Valinhos tem decaído significativamente no indicativo de longevidade perdendo sua qualificação de 3º lugar do ranking e se encontrando atualmente fora da classificação dos 30 melhores municípios, ficando bem claro que se deixou de cuidar dos idosos, para revertermos este quadro nossas propostas são:

PROPOSTAS

- ✓ Programa Experiência de Vida: onde idosos de várias profissões visitam comunidades buscando levar seus conhecimentos a crianças e jovens, contribuindo na capacitação e direcionamento profissional dos mesmos. Assim como na transmissão oral de valores culturais.
- ✓ Programa Cultura Vida Longa: onde idosos tem a oportunidade de praticarem atividades relacionadas à cultura em oficinas ministradas por educadores sociais e artistas plásticos municipais.
- ✓ Programa Parques Urbanos: que visa a utilização dos terrenos institucionais, de lazer e área verde do município, criando centros comunitários, culturais, horta comunitária, academia ao ar livre, campo de bocha e malha, quadras poliesportivas, praças, arena descoberta e auditório de múltiplo uso.
- ✓ Implantação de academias públicas junto às UBS's;

- ✓ Apoio ao Recanto dos Velhinhos;
- ✓ Promover e apoiar campanha para Captação de Recursos advindo de Imposto de Renda devido, de pessoas físicas e jurídicas dos servidores municipais junto ao Conselho Municipal.
- ✓ Implantação do CEASPI – Centro Especializado de Atenção à Saúde da Pessoa Idosa. Com infraestrutura adequada e multidisciplinar (geriatra, nutricionista, assistente social, psicólogo, fisioterapeuta ocupacional, odontólogo, protético, incluindo, também, medicina alternativa) que possibilite atendimento integral, humanizado e resolutivo em todos os níveis, fornecimento de medicamentos, exames ou serviço de apoio diagnóstico e fluxo de referência e contrarreferência, com acompanhamento das pessoas idosas do ambulatório ao ambiente domiciliar;
- ✓ Promover curso de Formação continuada de cuidadores;
- ✓ Celebrar convênio com as clínicas de cuidados de acamados.

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

“Viver sem Limite”

Programa Direito à Cidadania, à Inclusão e à Autonomia.

Pretendemos desenvolver o programa com base no Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, aprovado em novembro de 2011, que propõe “Viver sem Limites”, e cuja proposta é a consolidação de uma sociedade inclusiva e capaz de ofertar oportunidades iguais a todos, direito dos brasileiros, meta permanente do Estado e compromisso do Governo Federal. Alcançar este objetivo pressupõe, portanto o reconhecimento e a realização dos direitos sociais, econômicos, culturais, civis e políticos das pessoas com deficiência.

Por meio de ações estratégicas em educação, trabalho, saúde, assistência social e acessibilidade, o Plano responde ao objetivo de inclusão social e visa fortalecer a participação da pessoa com deficiência como cidadã efetiva, promover a sua autonomia, eliminar barreiras e permitir o acesso e o usufruto, em bases iguais, aos bens e serviços disponíveis a todos.

O Plano Viver sem Limite envolve e integração e a intersetorialidade com outras políticas públicas. Será organizado em quatro eixos, e suas iniciativas estabelecerão metas e previsões orçamentárias para execução até 2016.

- ✓ **Acesso à Educação:** A ampliação do direito à educação será objeto de ações como a disponibilização do transporte escolar acessível, que viabilizará o acesso dos alunos com deficiência às instituições de ensino; a adequação arquitetônica de escolas dotando-as de condições adequadas de acessibilidade; a implantação de novas salas de recursos multifuncionais e a atualização das já existentes;

- ✓ **Atenção à Saúde:** Serão ampliadas as ações de prevenção às deficiências, além da criação de um sistema municipal para o monitoramento e a busca ativa da triagem neonatal, com um maior número de exames no Teste do Pezinho. Haverá, também, um expressivo fortalecimento das ações de habilitação e reabilitação, atendimento odontológico, manutenção e acesso à órtese e prótese, reforço de ações clínicas e terapêuticas, com a elaboração e publicação de protocolos e diretrizes clínicas de várias patologias associadas à deficiência.
- ✓ **Inclusão Social:** Para promover a inclusão social, serão implantados os Centros Dia de Referência, com a finalidade de oferecer apoio para as pessoas com deficiência em situação de risco, como: extrema pobreza, abandono e isolamento social. O acesso aos serviços dos Centros Dia de Referência será disponibilizado durante a jornada diurna para promover o convívio social, sendo ofertados cuidados a partir de ações integradas das áreas de assistência social e saúde. Com relação às atividades profissionais, será estimulado o ingresso da pessoa com deficiência no mercado de trabalho, com a garantia do retorno ao BPC – Benefício de Prestação Continuada, no caso de desemprego, e a possibilidade de acúmulo do benefício com a renda do contrato de aprendizagem. Além disso, por meio do Programa BPC Trabalho, beneficiários serão acompanhados e orientados, com o objetivo de incluí-los no mercado de trabalho. Entre as ações deste eixo, ainda, está a ampliação do BPC na Escola, que visa à inclusão das crianças e adolescentes com deficiência, público do BPC.
- ✓ **A acessibilidade:** serão promovidas ações conjuntas do poder público nas três esferas de governo para se garantir a adaptação de todos os prédios públicos assim como da cidade. O Programa Minha Casa Minha Vida 2 garantirá 100% das unidades para famílias da faixa 1 projetadas com possibilidade de adaptação. Além disso, serão disponibilizados kits de adaptação para pessoas com deficiência, de acordo com suas especificidades.

SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

A Segurança Alimentar e Nutricional – SAN, é a garantia do direito à alimentação adequada para todos os habitantes como um direito humano básico, é considerada uma política que consiste num conjunto de ações planejadas para garantir a oferta e o acesso aos alimentos para toda a população, promovendo nutrição e saúde. É objetivo assegurar melhores condições socioeconômicas às famílias pobres e, sobretudo, extremamente pobres, por meio de transferência direta de renda e reforço ao acesso aos direitos sociais básicos nas áreas de alimentação, saúde, educação e assistência social, para a ruptura do ciclo intergeracional de pobreza e a proteção do DHAA - Direito Humano à Alimentação Adequada.

A construção da Segurança Alimentar e Nutricional, com base em tudo que dissemos anteriormente, deve constituir-se em um dos pilares fundamentais de qualquer projeto de desenvolvimento local.

É aqui no nosso município que vivemos, seja na área urbana ou na rural e, é aqui que vemos, percebemos os problemas daqueles que passam fome. Felizmente,

ainda, não temos meninos e meninas de rua, porém, temos adultos morando na rua. Contudo, é aqui que eles podem deixar de ser estatística e construir uma identidade própria, a partir de decisões imediatas, sejam individuais ou coletivas, podem salvar ou mudar as vidas de um indivíduo, de uma família e de uma comunidade.

Em nosso município segundo a SISVAN PEDIATRIA são identificados vários casos de (crianças menores de 5 anos) com Grau II e Grau I de desnutrição e, ainda, temos o percentual mais elevado, tanto da região de Campinas, quanto do Estado, de nascimentos com menos de 2.500 Kgm. Outro dado que requer nossa atenção é o aumento de crianças e adolescentes com sobrepeso, tudo isto nos leva a pensar da necessidade de planejarmos um programa que atenda e previna o surgimento de novos casos.

Pretendemos promover o acesso à alimentação adequada e saudável para alunos da educação básica, de forma a contribuir para o crescimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de práticas alimentares saudáveis.

Promover a melhoria das condições socioeconômicas e de acesso à alimentação e nutrição a idosos e pessoas com deficiência em situação de pobreza, beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada (BPC), por meio do acesso à rede dos serviços socioassistenciais, das ações de segurança alimentar e nutricional e das demais políticas setoriais.

Seguindo as orientações do SISAAN pretendemos promover a elaboração do Plano de Segurança Alimentar e Nutricional Municipal, o que aperfeiçoará e tornará mais eficiente as estratégias públicas para respeitar, promover, proteger e prover o direito humano à alimentação adequada.

Ampliar as condições de acesso à alimentação adequada e saudável das famílias mais vulneráveis, por meio do provimento de refeições e alimentos, em equipamentos públicos de alimentação e nutrição.

Garantiremos à toda população valinhense acesso aos alimentos, de maneira sustentável. Isto requererá uma grande parceria entre o governo e a sociedade civil organizada em suas diferentes áreas: agricultura, saúde, meio ambiente, educação, trabalho, desenvolvimento social, etc. e, nas esferas: produção, comercialização, controle da qualidade, acesso e consumo.

Cremos estar, desta forma, contribuindo para a construção de um novo paradigma para nossa sociedade, pois devemos ter sempre em mente que um dos ODM - Objetivos do Milênio é a Erradicação da extrema pobreza e da fome.

Programa do Campo pra Mesa (PCM)

Visando proteger a área rural de nosso município, com o desenvolvimento agrícola e sustentável, concatenado à oferta de Merenda Escolar saudável, assim como atendimento de famílias em condição de vulnerabilidade alimentar, o PCM é estruturado pelos seguintes projetos:

- ✓ **Restaurantes Populares** implantados por meio de convênio formalizado entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) atuam na promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada – DHAA dos trabalhadores que fazem suas refeições fora do seu domicílio nos centros urbanos do país. O público-alvo é, prioritariamente, trabalhadores formais e informais de baixa renda, desempregados, estudantes, idosos e populações em risco social.

- ✓ **Compra Direta da Agricultura Familiar (CDAF)** prevê a compra de alimentos da agricultura familiar e a sua doação às entidades sócioassistenciais que atendam pessoas em situação de vulnerabilidade social do município, com deficiência alimentar e nutricional. O **(CDAF)**, será implantado por meio de convênio formalizado entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Cabe ressaltar que este programa permite a compra, com dispensa de licitação, de alimentos de agricultores familiares, no limite de até R\$ 3,5 mil por família a cada ano.

- ✓ **Bancos de Alimentos** arrecadam alimentos provenientes de doações, por meio da articulação com a rede convencional de comercialização, armazenagem e processamento de alimentos. Os Bancos de Alimentos contribuem para o abastecimento alimentar de entidades que compõem a rede de promoção e proteção social municipal, além de combater o desperdício de alimentos nos sistemas agroalimentares urbanos.

- ✓ **Hortas Comunitárias** com o objetivo de incentivar o uso de espaços públicos, ou privados, para implantação de hortas comunitárias, proporcionando acesso à alimentação saudável com geração de renda.

- ✓ **Modernização da Feira Livre** será implantada por meio de convênio formalizado entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), a qual será estruturada para comercializar produtos da agropecuária e agroindústria dos agricultores familiares. A feira amplia o sistema local de abastecimento em face da crescente procura de produtos agropecuários saudáveis, ecológicos e proporcionam a valorização das culturas e tradições familiares, padrões e costumes da população local.

- ✓ **Educação Alimentar e Nutricional** buscam promover a segurança alimentar e nutricional por meio de ações educativas que levem à práticas alimentares mais adequadas, permitindo às pessoas selecionar e consumir alimentos saudáveis e nutritivos, valorizando a diversidade dos produtos regionais e as vantagens de se aproveitar os alimentos integralmente, reduzindo o desperdício. Com isso, procura-se também resgatar tradições alimentares e sensibilizar a população para a garantia do direito humano a alimentação adequada e saudável em todas as fases do ciclo da vida. Neste sentido as estratégias educativas incentivadas visam a autonomia do indivíduo e a mobilização social, o respeito e a valorização das especificidades culturais.

JUVENTUDE

A Juventude vem sendo palco de muitos estudos e de diversas indagações dada a sua complexidade dentro de uma sociedade estruturada no desrespeito velado pela diversidade, onde as contradições passam pelos diferentes segmentos sociais e o jovem é visto como risco social. Ser jovem, entretanto, é uma condição social que requer por parte de todos uma mudança de paradigma desprovido de estereótipos que consagrem aos jovens todos os direitos coletivos. Seus parâmetros sociais são definidos pela idade compreendida entre os 15 e 29 anos, em termos políticos e sociais, os e as jovens são sujeitos de direitos. Sua autonomia, portanto deve ser respeitada, bem como sua identidade e isto se torna um grande desafio a ser vivenciado por todos.

Seguindo uma mesma lógica de combate e enfrentamento contra a exclusão de grupos historicamente reprimidos e, garantindo a expressão de uma democracia plena, se faz urgente pensar e construir uma política para a juventude num governo que priorize o investimento social e a participação popular.

Em nosso governo pretendemos desenvolver um projeto consistente e democrático, que possibilite equacionar as demandas oferecendo perspectivas de futuro e propiciando a construção de direitos como cidadãos. Além disso, devem ser integrados e transversais, com enfoque geracional e meios apropriados de validação, implementação, gestão, avaliação e monitoramento.

Uma proposta neste sentido é o “Pró Jovem Urbano” que se destina a promover a inclusão social dos jovens entre 18 a 29 anos que, não concluíram o ensino fundamental, buscando sua reinserção na escola e no mundo do trabalho, de modo a propiciar-lhes oportunidades de desenvolvimento humano e exercício efetivo da cidadania.

Tem como finalidade primeira proporcionar formação integral à esses jovens identificando oportunidades e potenciais de trabalho, por meio de uma efetiva associação entre: formação básica, para elevação da escolaridade, visando a conclusão do ensino fundamental; qualificação profissional, com certificação de formação inicial; participação cidadã, com a promoção de experiência de atuação social na comunidade em ações coletivas de interesse público e propiciando, ainda, a ampliação do acesso dos jovens à cultura.

Nesse quadro, as políticas públicas de juventude devem ter como premissas comuns os seguintes princípios:

- ✓ Garantia do desenvolvimento integral e oportunidades de inclusão;
- ✓ Participação da juventude na construção das Políticas Públicas, sobretudo para os Jovens;
- ✓ Vida segura, valorização da diversidade e garantia dos direitos humanos;
- ✓ Ampliação do “direito à cidade” e qualidade de vida no campo;
- ✓ Fomentar a fiscalização, avaliação e garantia de acesso às Políticas Públicas para os Jovens;
- ✓ Implantação de programas voltados à geração de emprego e renda;

- ✓ Estimular projetos de universalização, melhoria da qualidade e reestruturação democrática da educação;
- ✓ Implantação de projetos na área da cultura, esporte e lazer;
- ✓ Implantação de projetos na área da saúde, direitos humanos e cidadania.

PROPOSTA

Criar o Conselho Municipal de Juventude de modo a permitir a participação da sociedade na definição e acompanhamento das políticas e no controle social espaço de participação da juventude organizada, para a formulação, proposição, acompanhamento, fiscalização, debate e implementação das políticas públicas de juventude.

AFIRMAÇÃO DOS DIREITOS

MULHERES E POLÍTICA DE GÊNERO

Caputar as múltiplas faces das mulheres, suas dificuldades e desafios cotidianos, conhecê-las se faz necessário, é uma tarefa fundamental para que a cidade reconheça as suas contribuições e os enormes obstáculos que enfrentam para exercer a sua cidadania. As desigualdades, principalmente, econômicas além de gerarem pobreza fator que impede às mulheres vivam plenamente seus direitos de cidadãs, ainda também dificultam sua capacidade de reagir, com isso, forma-se um círculo vicioso que piora cada vez mais a qualidade de suas vidas.

Desta forma, no Programa de Governo é essencial que se proponha o desenvolvimento de políticas públicas que alterem e superem as diferenças entre homens e mulheres, devem constar e, viabilizar soluções de políticas locais que deem conta da pluralidade e incidam sobre as desigualdades sem perder o parâmetro global da cidade.

Enquanto que a Política Nacional é construída com um caráter mais permanente, expressando conjunturas específicas e estabelecendo as linhas gerais, linhas mestras das ações que integram os planos nos diferentes níveis de governo. O Programa de Governo Municipal terá um caráter mais flexível que possibilita sua alteração e adequação no processo de seu desenvolvimento e se orientará pelos princípios da:

- ✓ **Igualdade** - incidindo sobre as desigualdades sociais em todos os âmbitos;
- ✓ **respeito à diversidade** - combatendo todas as formas de discriminação com medidas efetivas para tratar as desigualdades em suas especificidades;
- ✓ **da equidade** - tratar desigualmente os desiguais, buscando-se a justiça social, requer pleno reconhecimento das necessidades próprias dos diferentes grupos de mulheres.;
- ✓ **da autonomia das mulheres** - como princípio gerador das políticas e ações do poder público e que são propostas para a sociedade;
- ✓ **da laicidade do Estado;**

- ✓ **da universalidade** - que exige justiça e transparência das políticas e serviços ofertados pelo governo;
- ✓ **da participação ativa** das mulheres no diagnóstico da realidade social, formulação das políticas, bem como na sua implementação e controle social;
- ✓ **justiça social** – implica no reconhecimento da necessidade de redistribuição dos recursos e riquezas produzidas pela sociedade e na busca de superação da desigualdade social, que atinge as mulheres de maneira significativa “a feminilização da pobreza”.

IGUALDADE RACIAL

Vivemos uma ambiguidade no que tange as questões não só racial, mais principalmente à esta, falamos em “democracia racial”, entretanto sabemos que de fato no nosso dia a dia isto não é uma verdade: - o sociólogo Florestan Fernandes, em uma entrevista a um periódico da USP, afirmou *“que tal democracia é um mito, lembrando que a democracia significa, fundamentalmente, igualdade racial, econômica e política, estágio nunca alcançado na história do povo brasileiro”*.

Desta forma, mesmo que permaneçamos negando, o fato é que o racismo impera no nosso país e ele se manifesta, principalmente, quando tratamos de políticas públicas ao alcance de todos, pois, uma grande maioria dos que são excluídos, são os de origem afrobrasileira, assim sendo, as ações de inclusão social devem ser acompanhadas de um combate permanente ao preconceito racial que permeiam as relações humanas.

As ações afirmativas do governo nos últimos anos, em nível federal, indicam uma mudança de rumo de alguns gestores públicos, contudo, constata-se que há um extenso caminho a ser percorrido que possibilitem ao povo negro viver com dignidade e respeito. Compreendemos que além das políticas públicas, torna-se urgente criar mecanismos de superação do racismo no interior da sociedade.

Finalizando, apontamos a importância fundamental de se desenvolver mecanismos de combate ao racismo em qualquer espaço, pois, só assim, haverá condições de se construir uma sociedade mais justa para o povo brasileiro.

Desta forma, estamos propondo a criação da Coordenadoria Municipal de Promoção da Igualdade Racial, que responderá diretamente ao Gabinete do Prefeito com o papel de construir e articular com todas as Secretarias e Organismos da Administração Municipal, Políticas Públicas para a Promoção da Igualdade Racial.

Criar o Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial, que deverá ter caráter propositivo, fiscalizador da ação governamental, contribuindo assim com as políticas de promoção da igualdade racial.

Promover a Realização da Conferência Municipal de Promoção da Igualdade Racial objetivando a construção do Plano Municipal de Promoção da Igualdade Racial, plano este que, deverá ser o norteador das ações da coordenadoria.

Políticas Públicas

EDUCAÇÃO

A educação é definida, constitucionalmente, como direito de todos, dever do Estado e da família, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Isto requer considerar, necessariamente, a responsabilização, sobretudo da classe política, bem como a da sociedade sendo estes aspectos indispensáveis num programa de educação.

Sabemos, entretanto, que a sociedade somente se mobiliza em prol da educação se assumi-la como valor social, o que requer transparência no trato das questões educacionais, bem como no debate em torno do papel da educação. A escola deverá ser um espaço onde serão construídos os saberes, um espaço permanente de reflexão, de produção e reprodução de relações sustentadas na solidariedade e na ética, permitindo o crescimento coletivo da consciência dos educandos.

Pretendemos desenvolver um projeto políticopedagógico sustentado na ética e na democracia, que promova o desenvolvimento humano e propicie a formação de um cidadão(ã) crítico, criativo, comprometido e atuante sustentando seu aprendizado na importância da participação, concretizada na socialização, favorecendo, desta forma, o seu protagonismo. Serão estabelecidos espaços de poder de decisão que contemplem no seu cotidiano a pluralidade ética, cultural, religiosa, de gênero, de idade, respeitando a diversidade do ser humano e combatendo todas as formas de discriminação.

No processo educativo, em toda a rede municipal de educação, deverão prevalecer os seguintes princípios:

- ✓ Qualidade que garantirá o bom atendimento a todos os alunos na educação pública municipal respeitando um padrão definido nacionalmente. Este deve assegurar a todos os estudantes condições semelhantes de aprendizado. Para tanto, deverão ser estabelecidos parâmetros que determinem quais os insumos mínimos que devem ser assegurados a todas as escolas.
- ✓ Equidade a aplicação deste princípio requer que sejam estabelecidas estratégias distintas para a garantia dos direitos aos educandos em situação desigual, promovendo a justiça na atenção, sem privilégios ou preconceitos, visando assegurar a igualdade de direitos.
- ✓ Vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais. Esse princípio, também, se refere ao mundo fora da escola. Significa que o ensino precisa estar relacionado com o trabalho e atividades sociais, que são aspectos importantes na vida de qualquer pessoa.

Adotaremos como fio condutor os princípios da Educação Inclusiva, Democrática e Solidária em todos os níveis e modalidades de ensino, aprimorando a formação

continuada dos profissionais da rede municipal de ensino e possibilitando, desta forma, a inclusão das crianças com deficiência, assegurando acessibilidade e adequando os equipamentos.

Finalizando pretendemos efetivar a adesão ao Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) do Governo Federal, seguindo suas diretrizes pautadas em resultados de avaliação de qualidade e de rendimento dos estudantes, bem como no Plano Decenal da Educação de Valinhos, aprovado pelo Conselho Municipal de Educação.

SAÚDE

A saúde e o bem-estar da população devem ser algumas das metas mais importantes a serem atingidas por qualquer governo. Nosso município tem sido palco de todo tipo de denúncia envolvendo a saúde, tanto no que tange a oferta de forma irregular, com a permanente falta de médicos e a imensa fila de espera para um atendimento especializado, quanto a sua qualidade na prestação dos serviços, rodeada de denúncias que começam pela higiene dos espaços públicos de atendimento à população dentre outros.

A saúde tem que ser tratada pelo governo com responsabilidade e compromisso, requer investimentos que vão além daqueles recursos que provêm do Governo Federal, principalmente, requer que o usuário que é o nosso principal foco seja acolhido como um ser humano que se apresenta ao atendimento vulnerável necessitando de apoio e conforto para seu ser, entretanto não é isto que vem acontecendo.

Ao analisarmos a nota do desempenho de nosso município – 4,6 -, feita pelo IDSUS* - Índice de Desempenho do SUS verificamos que estamos classificados abaixo da meta brasileira que obteve a média de 5,46 e, bem mais abaixo da meta alcançada pelo Estado de São Paulo que foi 5,99.

**IDSUS Índice de Desempenho do SUS é um indicador síntese, que faz a avaliação contextualizada do desempenho do Sistema Único de Saúde (SUS) quanto ao acesso (potencial ou obtido) e a efetividade da Atenção Básica, das Atenções: - Ambulatorial e Hospitalar e das Urgências e Emergências.*

Outro dado importante é o índice de mortalidade infantil que Valinhos chegou a ficar com 5,1 em 2005, abaixo da média proposta pela OMS (Organização Mundial da Saúde) que é de 5,5, porém este índice em 2007 chegou a triplicar chegando a 15,1 e, está atualmente quase o dobro do proposto, ou seja 10,7.

Ele é o “principal índice” para medir a saúde pública, a “taxa de mortalidade infantil”. Ele se constitui no melhor indicador uma vez que retrata a saúde da mulher e da criança, dois segmentos que apresentam grande vulnerabilidade.

PROPOSTAS

O Sistema Municipal de Saúde (SMS) encontra-se defasado em relação à Política Nacional de Saúde e não corresponde à necessidade da população valinhense. Hoje a

espinha dorsal do SMS conta com 13 Unidades Básicas de Saúde (UBS), um Centro de Atendimento de Urgência e Emergência (CAUE), o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), 66 leitos hospitalares do SUS e 165 no total, sendo 01 UTI.

✓ Em nossa gestão iremos estruturar o Sistema Municipal de Saúde seguindo as orientações da Política Nacional de Saúde, das portarias do Ministério da Saúde e dos Programas do Governo Federal.

✓ Nesse sentido implantaremos o Programa Saúde da Família (PSF) em todo o município. Com caráter preventivo traremos para a população valinhense a humanização do sistema.

✓ Para a implantação do PSF será necessária a implantações de Núcleos de Apoio da Saúde da Família (NASF) que darão suporte para o atendimento.

✓ Quanto as Unidades Básicas de Saúde (UBS), porta de entrada no sistema, realizaremos um estudo de demanda para identificar as unidades que serão ampliadas e as regiões que necessitarão de nova UBS. Pelas projeções serão necessárias pelo menos mais 02 novas UBSs.

✓ Para tanto, não basta apenas bons prédios, confortáveis e adaptados, será necessário equipá-los e, sobretudo, informatizá-los com um sistema que controle de forma eficiente toda a rede, permitindo prontuários digitais, controle de estoques e agendamento de consultas, além de controles de internações.

✓ Nossa gestão extinguirá o modelo CAUE, e em substituição implantaremos 03 Centros de Referência de Saúde, sendo 01 da Saúde da Mulher, 01 da Saúde do Idoso e 01 de Referência, todos dimensionados para atender a população valinhense nos próximos 15 anos. Desta forma, pretendemos atender o munícipe no que for possível dentro do território valinhense, evitando assim os deslocamentos para outras cidades, e constituindo uma estrutura que garantirá no futuro o desenvolvimento pleno do Sistema Municipal de Saúde.

✓ A Unidade de Pronto Atendimento (UPA) cumprirá seu papel possibilitando ao valinhense o pronto atendimento, assim como o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU).

✓ Por fim, temos uma grande missão por realizar com relação ao número de leitos hospitalares em Valinhos. Em 2.007 tínhamos 87 leitos, sendo todos disponibilizados ao SUS. Hoje, em 2.011 possuímos 165, sendo apenas 66 leitos disponibilizados ao SUS, representando segundo dados do SEADE, um coeficiente de 1,51 por mil habitantes. Segundo a portaria do Ministério da Saúde de no. 1.101 de junho de 2.002, os leitos hospitalares mínimos totais deveriam atender ao coeficiente de 2,5 por mil habitantes. Isso aponta déficit de 83 leitos, para se totalizar 248 necessários no município. Diante desta realidade e outras informações da referida portaria, conseguimos entender o atual sistema de internações, que dificulta ao máximo o encaminhamento para este fim. Em estudos realizados com dados obtidos junto ao Conselho Municipal de Saúde, observamos que apenas 37% da população

valinhense utiliza o SUS. Para tanto seriam necessários 100 leitos hospitalares para o atendimento dentro dos parâmetros da portaria 1.101 de junho de 2002, assim como, pelo menos 04 Unidades de Terapia Intensiva (UTI). Nosso compromisso é atingir o coeficiente de 2,5 leitos por mil habitantes para atender os usuários do SUS. Representará um incremento de mais 34 novos leitos no SUS, sendo 04 UTIs.

Essa será a espinha dorsal do Sistema Municipal de Saúde para os próximos 15 anos. Além da espinha dorsal do Sistema, realizaremos a implantação de um Laboratório Municipal com previsão de expansão, a ampliação das farmácias populares e do CAFFI, a construção das Academias Públicas junto às UBSs, ampliação dos CRAS, CREAS e do CEO, implantação do CAPES e construção da Clínica de Recuperação de Usuários de Drogas.

DESCRIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS

Implantação do Centro de Referência da Saúde da Mulher voltado ao atendimento referenciado à mulher, este atendimento diferenciado e especializado garantirá mais atenção à saúde das mulheres inclusive as equipes darão suporte, ao Núcleo de Violência contra a Mulher. Pretendemos tratar as doenças da mulher com especialidades e, em casos complexos, realizar o atendimento emergencial e realizar o encaminhamento necessário. Dentre os serviços que serão ofertados pelo Centro de Referência da Saúde da Mulher, estarão: mamografia, monitoramento fetal, atendimento psicológico em casos de violência doméstica e abuso sexual entre outros.

Implantação do Centro de Referência da Saúde voltado ao atendimento referenciado, este atendimento diferenciado e especializado garantirá mais atenção à saúde dos munícipes. Um complexo de atendimento idealizado para desafogar a rede pública de saúde e oferecer mais soluções aos usuários do sistema público, proporcionando diversas especialidades médicas, serviços de apoio diagnóstico e complementares. Oferecerá, inicialmente, consultas nas áreas de cirurgia geral/gastroenterologia, cirurgia vascular, pequenas cirurgias, oftalmologia, ortopedia, dermatologia, otorrinolaringologia, urologia, neurologia, nefrologia, pneumologia, mastologia, proctologia e endocrinologia. A medida que a especialidade for implantada, os exames de apoio diagnóstico complementares são oferecidos simultaneamente, garantindo resolutividade aos pacientes.

Implantação da Rede Cegonha em nosso município, estratégia do Ministério da Saúde, operacionalizada pelo SUS, proposta que atende a tentativa de reduzir as altas taxas de mortalidade infantil e está fundamentada nos princípios da humanização e da assistência, onde mulheres, recém-nascidos e crianças têm direito ao acolhimento e melhoria da qualidade do pré-natal. Sendo garantido à gestante transporte, tanto para o pré-natal, quanto para o parto. Vinculação das mesmas à unidade de referência para assistência ao parto - "*Gestante não peregrina!*" e "*Vaga sempre para gestantes e bebês!*". Realização de parto e nascimento seguros, através de boas práticas de atenção. Acompanhante no parto, de livre escolha da gestante. Atenção à saúde da criança de 0 a 24 meses com qualidade e resolutividade. Acesso ao planejamento reprodutivo.

Implantação do Programa Saúde da Família – formado por um médico, enfermeira, agentes comunitários de saúde etc., que atuarão num território definido, correspondente à área de abrangência da unidade de saúde, fazendo ações de prevenção, diagnóstico precoce, orientações, promovendo educação e saúde. Esse modelo tem como base a responsabilidade da equipe e da comunidade para com a saúde, promovendo a humanização do atendimento e o reconhecimento da saúde como direito fundamental do ser humano.

Implantação do CEASPI – Centro Especializado de Atenção à Saúde da Pessoa Idosa. Com infraestrutura adequada e multidisciplinar (geriatra, nutricionista, assistente social, psicólogo, fisioterapeuta ocupacional, odontólogo, protético, incluindo, também, medicina alternativa) que possibilite atendimento integral, humanizado e resolutivo em todos os níveis, fornecimento de medicamentos, exames ou serviço de apoio diagnóstico e fluxo de referência e contrarreferência, com acompanhamento das pessoas idosas do ambulatório ao ambiente domiciliar.

Criação dos CAPES – Centro de Atendimento Psicossocial direcionado à saúde mental e aos dependentes químicos preocupando-se com o sujeito, a sua singularidade, sua história, sua cultura e sua vida cotidiana. À saúde mental, têm valor estratégico para a Reforma Psiquiátrica Brasileira. Com a criação desses centros, possibilita-se a organização de uma rede substitutiva ao Hospital Psiquiátrico no país. Os CAPS são serviços de saúde municipais, abertos, comunitários que oferecem atendimento diário.

Informatização do Sistema Municipal de Saúde, para se ter os prontuários digitais on-line, agendamento de consultas por telefone e controle de estoques.

Aumento de UBS's – construção de novas UBSs, ampliação do período de atendimento até às 22h, reforma das atuais ampliando sua capacidade e equipando-as e construção das academias públicas.

Desenvolver o Plano de Cargos e Carreira, como uma política clara de valorização dos servidores através de criação e de estrutura administrativa para adequação dos servidores da saúde, promovendo a formação continuada destes.

Implantação de Plantão de Atendimento do CAFFI, nos mesmos moldes das farmácias particulares.

CULTURA E TURISMO

A Cultura representa todo o processo histórico que vai sendo construído pelo povo, por ela são transmitidas suas crenças, seus mitos, seus princípios. E, passa a expressar-se de diferentes formas, conforme seus sentimentos, sua história na comunidade e, desta forma, ela se torna o veículo que canaliza suas emoções, valoriza e preserva as raízes do povo, promovendo e construindo a sua cidadania.

Apesar de Valinhos ter historicamente figuras que representam a cultura e a arte, não temos um governo que lhes de o devido valor e, deixa a população a mercê do oportunismo e dominação de outras culturas e valores.

O maior sintoma disto é a ausência da implementação do Conselho Municipal da Cultura que se encontra inativo há vários anos, sem que o governo tome alguma providência. Subtraindo do povo um de seus direitos fundamentais e de forma indireta a valorização de sua identidade, impede ainda que a população assuma o seu papel de corresponsabilidade, tomando consciência de que a cultura muito mais que um direito requer um compromisso de todos na sua transmissão e preservação.

Devemos destacar que a valorização da cultura passe de forma transversal por outras políticas, portanto deve ser tratada na sua interface com a educação, não apenas como um resgate histórico, mas, também, como aprendizado de novas atividades, pelo conteúdo de cidadania que envolve esta área e, principalmente, pela possibilidade de criar novas vocações e opções profissionais.

A ação cultural encontra-se, em nosso município, desestruturada, com atividades esporádicas e sem continuidade. Não há preocupação na apropriação dos espaços públicos de forma recorrente e com qualidade, e nem mesmo pensa-se em criar espaços mais confortáveis à população para assistir a espetáculos teatrais ou musicais que possibilite o acesso à todos.

A inexistência de uma política cultural permanente de integração entre os Centros Comunitários e a Administração Pública nos revela a necessidade da reorganização das atividades para integração das políticas sociais. O espaço dos Centros Comunitários nos remete imediatamente ao lugar irradiador dessa reconstrução democrática e participativa voltada à cultura.

A política da cultura deverá ser um instrumento fomentador, uma vez que as pessoas são as responsáveis pela produção cultural. Devendo, ainda, estar comprometidas com a contemporaneidade, buscando ações conjuntas com os produtores culturais, entidades e parcerias amplas na realização das ações para dar passos à frente e transformar Valinhos em um polo de cultura regional, favorecendo o turismo.

DIRETRIZES DA CULTURA

- ✓ **Preservar (recuperar) o patrimônio material e imaterial**, resguardando bens, documentos, acervos, artefatos, vestígios e sítios, assim como as atividades, técnicas, saberes, linguagens e tradições que não encontram amparo na sociedade e no mercado, permitindo a todos o cultivo da memória comum, da história e dos testemunhos do passado.
- ✓ **Proteger e promover a diversidade cultural**, reconhecendo a complexidade e abrangência das atividades e valores culturais em todos os ambientes e contextos locais, buscando dissolver a hierarquização entre alta e baixa cultura, cultura erudita, popular ou de massa, primitiva e civilizada, e demais discriminações ou preconceitos.
- ✓ **Ampliar e permitir o acesso** compreendendo a cultura a partir da ótica dos direitos e liberdades do cidadão, sendo o município um instrumento para

efetivação desses direitos e garantia de igualdade de condições, promovendo a universalização do acesso aos meios de produção e fruição cultural, fazendo equilibrar a oferta e a demanda cultural, apoiando a implantação dos equipamentos culturais e financiando a programação regular destes.

- ✓ **Estruturar e regular a economia da cultura**, construindo modelos sustentáveis, estimulando a economia solidária e formalizando as cadeias produtivas, ampliando o mercado de trabalho, o emprego e a geração de renda, promovendo o equilíbrio regional, a isonomia de competição entre os agentes, principalmente em campos onde a cultura interage com o mercado, a produção e a distribuição de bens e conteúdos culturais internacionalizados.

PROPOSTAS DA CULTURA

- ✓ Construção do Teatro Municipal;
- ✓ Acolher a Orquestra Filarmônica de Valinhos como entidade representativa do Município;
- ✓ Construção e equipagem de 4 Centros Culturais descentralizados;
- ✓ Restauração dos patrimônios históricos, como a Casa da Fazenda Capuava do Flávio de Carvalho, a Sede da Fazenda Candinho e a rua XII de Outubro;
- ✓ Construção de um Centro de Memórias, com características de Museu;
- ✓ Ampliar as atividades da Casa da Cultura.

No que se refere ao turismo, propomos que seja retomada a vocação turística de Valinhos, com múltiplos objetivos desta forma, o Turismo será no nosso governo, um indutor do desenvolvimento e da geração de emprego e renda no Município, faremos do turismo um importante promotor da inclusão social, uma inclusão esta será alcançada por duas vias: a da produção, por meio da criação de novos postos de trabalho, ocupação e renda, e a do consumo, com a absorção de novos turistas com especial ênfase na função social do turismo.

Pretendemos construir "O Plano Municipal de Turismo" de forma consolidada e sistemática, à Política Nacional de Turismo. Mais do que uma carta de intenções, será um instrumento de ação estratégica, bem delineada nos seus macroprogramas e nas metas para os próximos quatro anos. Fortalecer e promover o turismo local como fator de desenvolvimento regional, assegura o acesso de aposentados, trabalhadores e estudantes.

PROPOSTAS DE TURISMO

- ✓ **Revitalização do Parque de Exposições Municipal Monsenhor Bruno Nardini** - A estrutura física do Parque de Exposições está defasada, com prédios antigos e implantados de forma a não constituir espaços confortáveis para um essa função. Nossa gestão promoverá o Plano Diretor do Parque, visando a adequação dos espaços e a definição das funções de maneira a

impedir a instalação de qualquer tipo de construção que fuja da característica do Parque. Com isso possibilitaremos que as futuras atividades, como shows, exposições e a própria Festa do Figo sejam potencializadas. Em especial a Festa do Figo será totalmente remodelada a fim de proporcionar a divulgação do município pelo Brasil e no exterior, pois se trata do maior evento sociocultural e econômico de Valinhos.

- ✓ **Estímulo ao Turismo na Serra dos Cocais** – A região do bairro Alpinas e da Serra dos Cocais é de importância fundamental para Valinhos, tanto do ponto de abastecimento de água e preservação ambiental, quanto da possibilidade de desenvolvimento de uma nova economia baseada no turismo cultural, ambiental e de aventura. Com essa proposta estimularemos a preservação da área para que, nos moldes da cidade de Campos do Jordão, implantaremos pequenas vilas com bares, restaurantes, pousadas, praças trazendo vida para a região que hoje esta abandonada.
- ✓ **Reconhecimento e valorização** da Rua XII de Outubro, Conjunto Arquitetônico da Estação Ferroviária, da Casa da Fazenda Capuava, das chaminés de olarias e pesqueiros como patrimônio histórico, arquitetônico, cultural e paisagístico, tornando-os pontos turísticos.

Com todas essas ações estimularemos a implantação de novos restaurantes, bares, pousadas, hotéis, enfim, todo o setor turístico e os serviços secundários, que possibilitará a entrada de recursos externos através de turistas na economia direta do município.

ESPORTE E LAZER

Esporte e lazer são direitos fundamentais para a garantia do desenvolvimento social e requerem ser tratados como políticas no município, razão pela qual em nosso governo estarão inseridos como tal, contribuindo para a qualidade de vida da população, primando pela emancipação e pelo desenvolvimento humano. Aos poucos o esporte e o lazer vêm ganhando importância e passou-se a entendê-los como setores fundamentais para o desenvolvimento social. E, falar em políticas de esporte, de lazer, de cultura e de educação é sem sombra de dúvida, falar em desenvolvimento humano. Essa é uma tarefa de grandes dimensões, porque passa pelo reconhecimento do papel que a atividade esportiva e de lazer desempenham em nossas vidas.

Esta concepção nos leva a repensar quanto é importante a ampliação da oferta de atividades esportivas, recreativas e de lazer, combatendo todas as formas de discriminação, na busca da inclusão social e da qualidade de vida. Outrossim, elas devem ser desburocratizadas para permitir o acesso dos cidadãos, contemplando e reconhecendo as diversas iniciativas de variados programas e projetos de esporte educacional e lazer.

O esporte, ainda, tem um papel de suma importância para a formação das pessoas uma vez que contribui nos ensinando que as vitórias são fruto de construções coletivas, de ideias amadurecidas, de planejamento contínuo, de papéis definidos, de metas objetivas, de gestão eficiente, de políticas amplas. Trata-se de quebrar mitos e preconceitos e de assegurar maior transparência e participação popular no processo de gestão esportiva e de lazer. Ele ainda é um componente fundamental na afirmação da identidade nacional, fator de unidade em nossa diversidade cultural.

Consideraremos, ainda, o esporte e o lazer numa perspectiva da intersectorialidade das políticas públicas, articulando-os de forma transversal, com a cultura, o turismo, a educação, a saúde e outras enfatizando a importância das várias dimensões do lazer, aliadas à arte e à música, à comunicação, à vida na natureza, ao bem estar, à moradia, à saúde com qualidade de vida para a apropriação coletiva, lúdica, crítica e criativa das diversas manifestações que compõem o patrimônio cultural local propiciando novas formas de aprender, viver, explicar e organizar a vida social e construindo proposições mais críticas ao campo de intervenção no âmbito do esporte e lazer.

Finalmente, o esporte e o lazer vão se constituir fator de desenvolvimento sociocultural e econômico, gerador de emprego e renda. Criando uma dinâmica econômica em cadeia, com efeitos que vão desde a indústria que produz material esportivo, no comércio que o distribui, na realização de eventos, no turismo, na promoção comercial, nas empresas prestadoras de serviços, enfim, em todos os setores.

PROPOSTAS

- ✓ **Reorganizar o Conselho Municipal de Esportes**, de forma a garantir a democratização com a representação de diversos segmentos do esporte e lazer, dando-lhe caráter consultivo, fiscalizador, deliberativo e normativo e acerca das políticas públicas setoriais de esporte e lazer, devendo ser garantida a paridade entre o poder público e a sociedade civil.
- ✓ **Implantar o Segundo Tempo**: O Segundo Tempo é um programa do Ministério do Esporte, destinado a democratizar o acesso à prática e à cultura do Esporte de forma a promover o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens, como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida, prioritariamente em áreas de vulnerabilidade social.
- ✓ **Promover e incentivar** a participação de pessoas com deficiência em atividades de esporte e lazer
- ✓ **Promover o lazer e a educação ecológica**, bem como incentivar caminhadas ecológicas em áreas rurais com orientação de guias experientes pertencentes a Grupos Ecológicos da cidade (trekking, escalada esportiva, arborismo, mountain bike, etc.);

- ✓ **Constituição de espaços públicos** de lazer e cultura para a juventude, além de apoiar o esporte amador e participativo, a criação e modernização dos centros esportivos e a prática esportiva nas instituições de ensino.
- ✓ **Construção do Centro Olímpico** no Parque Municipal Monsenhor Bruno Nardini, com alojamentos, restaurantes e demais equipamentos necessários à prática de modalidades como: atletismo, basquete, boxe, esgrima, ginástica, handebol, judô, levantamento de peso, luta, natação, natação sincronizada, polo aquático, saltos ornamentais, taekwondo, tênis, tênis de mesa, tiro esportivo, tiro com arco e vôlei.
- ✓ **Construção de Parques Urbanos** que visam a utilização dos terrenos institucionais, de lazer e área verde do município, criando centros comunitários, culturais, horta comunitária, academia ao ar livre, campo de bocha e malha, quadras poliesportivas, praças, arena descoberta e auditório de múltiplo uso.
- ✓ **Construção do Parque Linear do Ribeirão Pinheiro** através de operação urbana consorciada, com a finalidade de valorização e criação de patrimônio ambiental, com a recuperação da mata ciliar, e das margens do Ribeirão Pinheiros, a implantação de lagoa de contenção e raia de remo, com a implantação de espaços de uso público destinados ao lazer, esporte e cultura.

SEGURANÇA PÚBLICA

A segurança pública é o setor estratégico para consolidar o processo democrático iniciado oficialmente em 1988 é, ainda, o instrumento para efetivar os direitos do cidadão, pois não há cidadania sem segurança pública, assim sendo, ela se torna um dos direitos mais elementares dentre os direitos fundamentais da pessoa humana, por ser aquele que possibilita o exercício e gozo dos outros direitos e que não há vida digna sem a sensação de segurança.

Os movimentos sociais brasileiros e internacionais foram propulsores da democracia e vêm criando e fortalecendo mecanismos no âmbito nacional e internacional, com a finalidade de proteção aos direitos da pessoa humana, sugerindo às sociedades democráticas, um modelo de polícia cidadã, portanto desmilitarizada.

Entretanto, observamos que as desigualdades assolam as camadas mais empobrecidas pondo esta população vulnerável à toda sorte de violação de seus direitos e, a sociedade não consegue dar respostas positivas, proativas, que reduzam esse quadro e este descaso, e acaba por expô-los à criminalidade e à violência, uma vez que permanecem quase que de forma permanente inseridos na vulnerabilidade afetiva e econômica.

A violência tem sido a solução que a sociedade tem aplicado, caminha quase que exclusivamente na repressão e na contenção, o que vai, frontalmente, contra a garantia dos direitos humanos.

A Constituição brasileira traz em seu texto o direito à prevenção, compreendido pelo acesso das pessoas ao desenvolvimento de forma integral, tanto no campo

político, econômico como no social, assim sendo, a prevenção será nosso maior instrumento objetivando criar e manter hábitos e atitudes que propiciem a promoção e proteção de nosso ser, de forma que tenhamos uma vida com qualidade e plenitude.

Igualmente, faz-se urgente buscar e programar ações que se pautem, principalmente, na prevenção e que possibilitem à sociedade adquirir atitudes que a protejam e, não favoreçam o aumento da violência.

Pretendemos, desta forma, assegurar no âmbito das Políticas Públicas, a Segurança como prioridade às ações que contemplem prioritariamente a prevenção, promoção da cidadania e controle social, reforçando a prática do policiamento comunitário, priorizando áreas com altas taxas de violência, promovendo a melhoria da infraestrutura local, ofertando aos policiais condições adequadas de trabalho.

PROPOSTAS

- ✓ **Construir e fortalecer Plano Municipal de Segurança Pública** com ampla e irrestrita participação da sociedade civil, através da criação de mecanismo de acesso como fóruns, plenárias regionais entre outros;
- ✓ **Quanto à Guarda Civil Municipal**, o Governo Municipal terá um planejamento de autossustentabilidade orçamentária, inclusive com política de valorização salarial e de melhorias progressivas das condições de trabalho dos trabalhadores, além de plano de carreira ampla;
- ✓ **Criar e fortalecer escolas de formação** continuada para os profissionais das Guardas Civis Municipais baseadas na padronização da defesa dos direitos humanos e da cidadania;
- ✓ **Investir em ações de fortalecimento** e qualificação da Defesa Civil municipal para dar atendimento preventivo, rápido e eficaz nos eventos provocados por intempéries;
- ✓ **Implantar o projeto Mediação de Conflitos** que visa capacitar e profissionalizar agentes para criar nas comunidades equipes de Mediação de Conflitos que façam diagnósticos e atuem na prevenção, facilitando o diálogo entre possíveis protagonistas de conflitos.
- ✓ **Implantando a Mediação de Conflitos** nas escolas como uma forma de promover uma cultura de educação para a paz.
- ✓ **Implantar o projeto Círculo de Justiça Restaurativa**, que busca criar equipes especializadas em capacitar a própria comunidade a restabelecer a convivência social adequada, minimizando os efeitos negativos após a ocorrência de um conflito em seu espaço de atuação.

- ✓ **Rever o atual estatuto da Guarda Municipal** e adequá-lo às necessidades de uma guarda civil, de forma a estimular seus componentes a agirem de forma preventiva e, socialmente motivados.

MOBILIDADE SOCIAL

A Mobilidade Urbana constitui-se em um dos eixos centrais do cenário político e, torna-se um grande desafio para implementar uma Política Pública eficaz nesta área se fazendo necessário que conte com a ampla aprovação da sociedade.

Atualmente, cerca de 95% da população do município (IBGE, 2010), mora em área urbana, que é um território que apresenta problemas comuns e necessita intervenções radicais. Em especial, segundo o Ministério das Cidades, no planejamento urbano, na política de Mobilidade Urbana (trânsito e transporte), na reforma fundiária, no controle social e no uso e ocupação do solo. Este posicionamento é fruto da atuação e intervenção qualificada dos conselhos e conferências nos diferentes níveis (municipais, estaduais e nacional) que se constituíram em espaços fundamentais para a elaboração das diretrizes do Plano Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU).

A Lei Federal que institui as novas diretrizes da Política de Mobilidade Urbana (12.587/2012) estipula que até 2015 os municípios com mais de 20.000 habitantes, elaborem seus respectivos Planos de Mobilidade Urbana e que estes estejam de acordo com seus Planos Diretores. Este desafio coloca na ordem do dia a necessidade de estímulo a participação da sociedade na tomada de decisões e, para tanto, o legislativo e o executivo se constituem em atores fundamentais tanto na elaboração e aprovação de leis, quanto na articulação social. Sendo o executivo responsável pela formulação das propostas, e realização da gestão.

No desenvolvimento do plano deverá ser levada em conta a participação e o controle social, a transparência e a publicidade na aplicação dos recursos públicos, o gerenciamento e o controle público dos serviços de transporte, a garantia da mobilidade e da acessibilidade universal, visando em especial as pessoas com deficiência, bem como idosos e outros cidadãos(ãs) que se encontrem com a sua mobilidade reduzida, a prioridade do transporte coletivo sobre o individual, o respeito e a valorização do pedestre e do ciclista como sendo o elo mais frágil do sistema.

PROPOSTAS

- ✓ **Bilhete Único:** Propomos a implantação e implementação do Bilhete Único e a ampliação para uma integração tarifária temporal plena;
- ✓ **Transporte não motorizado** - bicicleta e pedestres;
- ✓ **Bicicleta:** Nosso plano de governo priorizará as ciclovias e ciclofaixas como parte de uma rede de circulação, para que as bicicletas possam ser utilizadas com segurança e rapidez. E, nos trajetos maiores, ainda, integrarem-se a outros modais de transporte coletivos;

- ✓ **Pedestres:** Melhoria das condições de travessias de pedestres com sinalização, semaforização, com led's e fiação subterrânea, comandadas por central de monitoramento remoto e iluminação para pontos de risco. Criar centro de monitoramento remoto integrado com os demais órgãos de saúde, segurança e desenvolvimento humano.
- ✓ **Acessibilidade:** Garantir o direito a todos, princípio que passa pela construção e reconstrução de nossa cidade, o direito constitucional de ir e vir às pessoas com deficiência é uma prioridade a ser incorporada, conforme a Lei Federal 10.048/2000 regulamentada pelo Decreto 5.296/2004 onde dizem que os espaços públicos deverão adequar-se a acessibilidade até 201.
- ✓ **Implantação do Transporte Público Leve Sobre Trilhos** criando pequenas estações para embarque e desembarque, concatenado ao transporte público existente;
- ✓ **Melhoria e ampliação** da infraestrutura e da Rede Viária Estrutural, com intervenções físicas como construção de ponte para ligação dos Bairros Pinheiros e Capuava, logo no início da Avenida Altino Gouveia, assim como outra ponte para a transposição da linha férrea no Bom Retiro e ampliação da Avenida Invernada.
- ✓ **Troncalização de Algumas Linhas** de ônibus para gerar agilidade e redução de tempo de deslocamento dos usuários do sistema.
- ✓ **Estações de Transferências nas Principais Concentrações e Pontos de Ônibus** nos diversos bairros a fim de ordenar o sistema possibilitando a hierarquização, dinâmica e conforto ao usuário.
- ✓ **Faixas Exclusivas de Ônibus** em determinados locais e horários a fim de promover agilidade ao transporte coletivo.

DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL

O governo deve garantir isonomia, igualdade, justiça social e preservar os recursos comuns para as atuais e as futuras gerações. A isto se pode chamar desenvolvimento sustentável. Sob esta ótica, desenvolvimento sustentável é condição estratégica para garantir o direito à cidadania e superar a pobreza, a violência e as desigualdades.

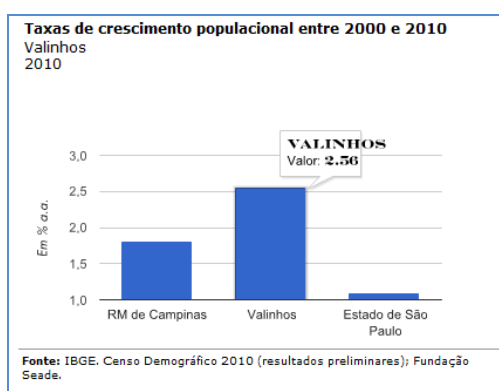
O Desenvolvimento Econômico Sustentável tem, portanto, como referencial o ser humano e a preservação do meio ambiente. Estas políticas devem ser planejadas e trazerem como benefício sua sustentabilidade e sua estreita relação com o meio ambiente, garantindo o equilíbrio ecológico.

Por outro lado o desenvolvimento dos municípios não é determinado apenas pelas condições locais. Ele está articulado a processos condicionantes e recursos de

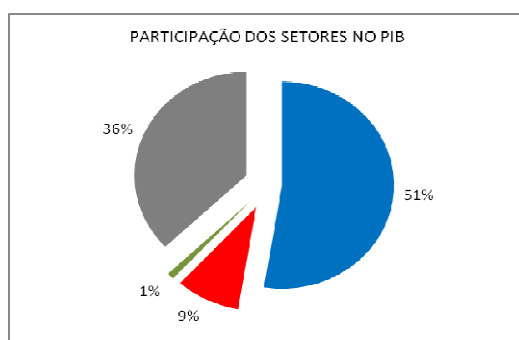
outras esferas mais amplas do que a do município (regionais, estaduais, nacionais e mesmo internacionais).

A Região Metropolitana de Campinas, onde se situa nosso município, vem passando por um processo irreversível de consolidação industrial como reflexo da retração econômica da aglomeração que se verifica no setor industrial brasileiro e mundial, e que é responsável pela continua transferência de plantas industriais da região do ABC para outras regiões do país, em particular para nossa região.

Esta região ao mesmo tempo em que potencializa sua vocação de polo industrial tecnológico, municípios outrora aprazíveis como Valinhos sofreram um rápido processo de urbanização e de transformação de sua paisagem com consequente degradação ambiental face da consolidação desse processo. Isto se constata pelo crescimento populacional que hoje é maior do que a RM de Campinas e muito maior do que o do Estado.



Por esse aspecto, entendemos que Valinhos deve ser pensada no âmbito regional e local buscando-se uma nova agenda estratégica que fortaleça sua vocação econômica, garantindo lugar às novas perspectivas econômicas que se consolidam na RMC, enfatizando uma forma sustentável de desenvolvimento. Tal ação deve ser entendida como o atendimento das necessidades das gerações presentes e futuras sob uma nova ótica, onde a gestão ambiental deva ser parte integrante desse processo desenvolvimentista, e não parte isolada do mesmo.



◆ Serviços	51%
◆ Indústria	36%
◆ Administração Pública	9%
◆ Agropecuária	1%

PIB (em milhões de R\$)	3.042,46
PIB da Indústria (em milhões de R\$)	1.084,50
PIB dos Serviços (em milhões de R\$)	1.537,99
PIB da Agropecuária (em milhões de R\$)	20,27
PIB da Administração Pública (em milhões de R\$)	280,83
Arrecadação Tributária (em milhões de R\$)	60,7934
Despesas com investimento (em milhões de R\$)	16,5041
Seade - 2009	

Tal ação deve ser entendida como o atendimento das necessidades das gerações presentes e futuras sob uma nova ótica, onde a gestão ambiental deva ser parte integrante desse processo desenvolvimentista, e não parte isolada do mesmo.

Propõe-se a implantação de políticas ativas que gerem emprego e renda direcionados, preferencialmente, às camadas mais excluídas devendo promover e incentivar a auto-gestão desta população.

Possibilita, ainda, criar condições para melhorar a renda familiar com o apoio aos pequenos e médios produtores rurais e urbanos, e a grupos que possam desenvolver uma ação de geração de renda.

Pretendemos incentivar ações que viabilizem linhas de financiamento a pequenos produtores que não tem acesso ao sistema financeiro formal, bem como, promover a economia solidária com a criação e o incentivo de cooperativas que abram espaço para a geração de renda de forma solidária promovendo a economia biocentrada, solidária, agro ecológica, familiar e orgânica possibilitando que as comunidades produzam o que consome, articulando ainda produtores e consumidores numa verdadeira democracia alimentar.

Outrossim, é necessário que sejam criados fóruns no Município e na RMC para organizar os setores do Município e da região objetivando discussão e deliberação de ações que ampliem a geração de emprego e desenvolvimento, tanto regional como local, devendo ser a discussão ampliada para temas mais complexos da cidade e da região, interferindo nas decisões do capital. Esta proposta nos desafia à interlocução entre camadas da população trabalhadora que incorpore outros interesses capazes de associar-se a projetos e iniciativas comuns.

PROPOSTAS REGIONAIS

- ✓ Desenvolver um intenso trabalho de parceria do Poder Público (municipal e regional) com as entidades da sociedade civil que se relacionem com o tema da recuperação ambiental.
- ✓ Ampliar a aproximação com as grandes empresas industriais e comerciais, para incorporá-las ao esforço comum de desenvolvimento regional sustentável.

- ✓ Desenvolver mecanismos que favoreçam o apoio às atividades econômicas cooperativadas e autogestionárias de forma a promover a inclusão do desempregado no mercado de trabalho.

PROPOSTAS MUNICIPAIS

- ✓ Propor a execução de um zoneamento econômico-ambiental de forma a conduzir a expansão econômica do município em equilíbrio com a real capacidade de sustentabilidade ambiental.
- ✓ A Secretaria de Desenvolvimento Econômico acompanhará, incentivará e apoiará aquilo que é inovador (o desenvolvimento promoção das atividades econômicas socioambientais com o objetivo de manter aquilo que já existe e atrair o restante da cadeia produtiva).
- ✓ Criar mecanismos de incentivo ao desenvolvimento de atividades econômicas ligadas à preservação ambiental e, compatíveis com a vocação de proteção aos mananciais.
- ✓ Fortalecer e valorizar a identidade local do município no que tange a sua vocação econômica tradicional aliada às novas tendências do setor terciário, como o turismo rural, procurando firmar a forte imagem de qualidade de vida que o município ainda oferece.
- ✓ Desenvolver ações no sentido de fortalecer a ação pública não estatal desenvolvida pelas entidades civis sem fins lucrativos (o chamado "Terceiro Setor"), para complementar e ampliar os serviços públicos voltados ao desenvolvimento econômico e à geração de emprego e renda.
- ✓ Desenvolver mecanismos de financiamento, voltados a grupos cooperativados e de micro e pequenas empresas, baseado em recursos oriundos do Governo Federal, tais como as linhas operadas pelo FAT, linhas de crédito de bancos oficiais, parcerias, etc.
- ✓ Propor ações regionais que fomentem a projeção de Valinhos e da região como um todo a nível nacional e internacional, vinculando-se às redes internacionais de cooperação local voltadas ao desenvolvimento sustentável e à proteção ambiental
- ✓ Incentivo a iniciativas de economia solidária: seja em relação à produção e consumo de bens e serviços, seja na busca de soluções alternativas de sobrevivência, usando, para tal, os recursos orçamentários da prefeitura destinados à manutenção e ao funcionamento dos órgãos e serviços públicos municipais, bem como, aos investimentos.
- ✓ Desenvolver o projeto de Economia Solidária: Ao falarmos de economia solidária devemos nos reportar a necessidade de desenvolvermos uma cultura solidária que fortaleça a solidariedade entre as pessoas, fazendo com que formas de produção individuais sejam socializadas, promovendo, novos meios de

produção e de consumo alternativos. As regras de comportamento seguidas hoje em dia precisam ser alteradas, é preciso que se estabeleça um novo conceito de economia que se norteie pela participação e pela colaboração garantindo a autogestão.

Incentivando a economia solidária criaremos em seguida redes de produtores e de consumidores. E, com a criação do Micro Crédito, poderemos financiar os pequenos produtores e, ainda, dar início ao autofinanciamento e a um sistema de crédito interno entre cooperativas e associações solidárias.

Uma vez implantadas as redes solidárias, estas poderão escolher os produtos, de compra, de produção e de comercialização até mesmo sem a utilização da moeda corrente, mas de troca que é uma experiência realizada na Argentina que vem apresentando resultados satisfatórios.

PROPOSTAS

- ✓ Programas de geração de emprego e renda;
- ✓ Cooperativas populares;
- ✓ Criação de um núcleo de industrialização dos produtos agrícolas;
- ✓ Requalificação do trabalhador;
- ✓ Micro Crédito;
- ✓ Incentivar a vocação econômica industrial da cidade;
- ✓ Captar as empresas geradas a partir de incubadoras como a UNICAMP;
- ✓ Incentivar o turismo;

HABITAÇÃO

A habitação é um dos calcanhares de Aquiles do atual governo municipal. Após 8 anos nenhuma nova unidade habitacional foi construída em nossa cidade. A Secretaria de Habitação não tem estrutura mínima para captar recursos para prover novas habitações, assim como o valor elevado da terra também contribui para essa realidade.

Após cadastrar mais de 12.000 famílias para serem atendidas em programas habitacionais, sendo pouco mais de 3.000 com renda até 03 salários mínimos, a expectativa do povo valinhense foi frustrada.

Nosso governo tem o compromisso de produzir as unidades habitacionais para as famílias valinhenses com renda na faixa 01, através dos programas: PAC II, MCMV II, FNHIS e CDHU.

Porém, nossa concepção de habitação é muito mais ampla do que apenas uma casa. O habitat como conceito que abrange crianças na escola, saúde para todos,

desmantelamento das estruturas do crime organizado, controle da arrecadação e da aplicação dos impostos, são componentes da vida urbana e se relacionam diretamente com a consolidação do direito à moradia digna.

Os novos conjuntos habitacionais deverão ser implantados em regiões com infraestrutura viária e de saneamento básico, buscando a inserção na malha urbana e potencializando os serviços e equipamentos públicos instalados.

Hoje vivemos um momento de grande investimento no setor habitacional, temos Plano Nacional e Municipal e metas de déficit e demanda a serem cumpridas. A população valinhense não pode mais viver de promessas é hora de realizações.

Além da sistemática denunciada desse perverso quadro de exclusão a que as classes menos favorecidas têm passado uma gestão democrática e popular não se furtará pela captação de recursos federais e estaduais. Pretendemos assim atuar em duas frentes distintas:

1. Na integração da Prefeitura ao SNHIS e na aplicação plena da Política Habitacional do PLHIS;
2. Na capacitação administrativa para um trabalho permanente, constante e competente junto aos órgãos responsáveis pelos financiamentos e programas. Isso representará uma nova organização da Secretaria de Habitação já descrita neste documento.

DIRETRIZES

- ✓ Moradia e regularização fundiária como um direito social;
- ✓ Prioridade para a população de baixa renda;
- ✓ Estímulo à autogestão na produção de material de construção;
- ✓ Fortalecimento do Conselho Municipal da Habitação;
- ✓ Articulação da política habitacional com a política urbana e ambiental;
- ✓ Diversidade de programas e valorização do projeto arquitetônico;
- ✓ Apoio e assistência técnica à autoconstrução e às cooperativas;
- ✓ Programa de provisão de terras;
- ✓ Estímulo e regras para a produção privada de habitação e outras edificações;
- ✓ Instrumentos de política urbana.

PROPOSTAS

- ✓ Na revisão do Plano Diretor III, prever demarcações de ZEIS de Indução e amarração com o PLHIS;

- ✓ Criação de ZEIS – Zonas Especiais de Interesse Social – nas áreas carentes passíveis de urbanização, prevendo esta e a titulação da posse da terra através da Concessão Real de Uso;
- ✓ Produzir pelo menos 1500 novas Unidades Habitacionais.
- ✓ O Conselho Municipal da Habitação e o Fundo Municipal da Habitação constituem-se nos instrumentos responsáveis pela política e financiamento dos programas habitacionais. A gestão municipal proporá a potencialização do Fundo Municipal da Habitação com previsão de recursos próprios: o governo, apesar das limitações dos recursos municipais, terá dotações no orçamento para a área habitacional, às quais se somarão receitas provenientes da aplicação dos instrumentos de Política Urbana (IPTU progressivo, Solo Criado, etc.), e de outras fontes que venham a ser obtidas; e recursos externos advindos de convênios com o Governo Federal e Estadual.

POLÍTICA URBANA

"A política de desenvolvimento urbano tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem estar dos seus habitantes."

A propriedade urbana cumpre sua função social, quando atende às exigências do Plano Diretor, sobrepondo o interesse da sociedade ao interesse privado.

Os instrumentos urbanísticos do Estatuto das Cidades deverão ser implementados para que o município possa entrar num novo patamar de desenvolvimento urbano, respeitando o interesse público. O Poder público poderá exigir do proprietário do solo urbano não edificado ou sub-utilizado - uso inadequado - conseqüente parcelamento - imposto progressivo ou desapropriação, sendo estes os instrumentos para enfrentar a especulação imobiliária.

A especulação provoca vazios urbanos - valorização fundiária em detrimento de serviços de infraestrutura (custeio pelo poder público-cidadãos) – e a população menos favorecida não tem acesso às áreas urbanizadas devido ao preço da terra elevado.

Desta forma torna-se fundamental a aplicação da política urbana que visa o que se estabelece o Estatuto das Cidades.

PROPOSTAS

- ✓ **Revisão do Plano Diretor III** de forma participativa.

- ✓ **Planejamento Participativo** para promover fortalecimento da cidadania, a criação de instrumentos de participação institucionalizada - lideranças comunitárias, conselho, etc, implementando procedimentos técnicos para solucionar os problemas urbanos, desenvolvendo um planejamento estratégico que permita melhorias a curto prazo sem prejuízo do objetivo global.
- ✓ **Planejamento Estratégico** visa planejar o desenvolvimento baseado nas potencialidades do município.
- ✓ **Atribuições Básicas para o Plano Diretor IV:** Ordenar a estrutura urbana de maneira a atender às expectativas geradas pelo planejamento estratégico. Tornar a cidade atrativa e competitiva - novos investimentos. Impulsionar o desenvolvimento econômico em harmonia com o desenvolvimento social. Considerar os aspectos ambientais como base para o planejamento físico e econômico. Incentivar a parceria com a iniciativa privada e governo. Possibilitar um crescimento em concordância com a rede de infra-estrutura e serviços. Ser de fácil compreensão - fácil implantação - adaptável às mudanças que se fizeram necessárias. Contar com a participação da população.
- ✓ **Elaboração dos Planos Setoriais** em consonância aos Planos Nacionais.
- ✓ **Unidades de Planejamento Ambiental** como forma de organização e projeto urbano.
- ✓ **Plano de Bairros:** À medida que a cidade cresce, a densidade populacional aumenta, o tráfego de veículos se intensifica e aumenta a clientela dos serviços urbanos. Nesse modelo de estruturação urbana o que se tem a fazer é salvaguardar as *ilhas de tranquilidade* em meio aos *centros de serviços e comércio*. Dessa forma garantiremos o morar tranquilo e o morar perto de tudo, que todos almejam.

O que pretendemos é desenvolver um modelo de planejamento urbano que leve em consideração os conceitos de ilhas de tranquilidade e centros de serviços a serem implantados no agrupamento de bairros.

A cidade será dividida por Unidades de Planejamento Ambiental (UPA), respeitando as bacias hidrográficas, que serão estudadas a partir de diversas matrizes, buscando concilia-las e proporcionando a cada UPA um planejamento que direcione seu crescimento ao longo do tempo, levando em consideração o conceito de Unidade Ambiental de Habitação, sempre buscando a integração ao sistema de transportes, seja coletivo ou privativo.

Muitos ao lerem essa proposta de Unidade Ambiental de Habitação remeterão à imagem dos condomínios fechados, porém afirmamos que os

condomínios só na aparência atendem o conceito de morar em local tranquilo e o morar perto de tudo.

Ao se constituir num produto de venda que se encerra em si mesmo, ele se localiza em qualquer lugar, independentemente da estrutura que organiza a cidade. Além disso, sua proposta é de isolamento, quando impede que pessoas de fora adentrem esse espaço, mantendo-o como um mundo a parte.

O Plano de Bairros, ao contrário, pretende manter em bairros onde ainda não as perderam, ou devolver a outros, ruas e praças aos cidadãos, que podem manter sua tranquilidade sem se isolar e sem deixar de usufruir de todo o espaço articulado, onde se trabalha, se abastece e principalmente se convive.

A Unidade Ambiental de Habitação, vista sob esse prisma, deve ser capaz de dar conta dos serviços de seu cotidiano, como permitir a frequência à escola pela criança em segurança e usufruir do abastecimento alimentar e outros serviços complementares à moradia. Para outros serviços o morador terá o centro de Valinhos.

O Plano de Bairros será construído com a participação ativa dos moradores de cada Unidade de Planejamento Ambiental. Ele será implantado com os moradores participando de sua elaboração e mantendo sua defesa a cada novo governo.

Será debatido durante a revisão do Plano Diretor III, de forma participativa, gerando um projeto de Lei dos Planos de Bairros, para que os direitos que se quer assegurar sejam atendidos. Até porque, serão necessárias várias ações de vários governos, para completar a urbanização com os serviços básicos que forem identificados no Plano. Também será necessário participar das discussões do orçamento municipal, no caso implantarmos o Orçamento Participativo para que cada UPA possa definir os investimentos públicos que serão aplicados na execução do Plano de Bairros local. Desta forma estaremos abrindo espaço para que aja uma efetiva participação no processo de gestão dos bairros e da cidade.

Por fim, entendemos que um plano de melhorias urbanas, como os Planos de Bairros, deve se adequar às continuas modificações que vão ocorrendo no meio urbano ao longo do tempo, e para isso, será necessário fazer revisões dos Planos de Bairros, a cada quatro anos, como processo de gestão.

A revisão dos Planos de Bairros deverá ser realizada sempre que a população julgar necessário, dentro do período maior que dois anos e menor que quatro. As decisões deverão então ser estabelecidas de forma democrática, em assembleias abertas, por meio de lideranças locais e pela maior parte dos moradores da Unidade Ambiental de Habitação.

O desenvolvimento de políticas ambientais requer um planejamento cuja amplitude abranja as regiões metropolitanas e do entorno, entretanto isto não acontece por falta de investimentos em políticas eficazes de recursos hídricos; saneamento; transporte/mobilidade urbana; habitação e preservação de mananciais, entre outras de caráter regional, bem como pela falta de interlocução acabando por fragilizar mais os municípios.

Vivemos um momento político e social em que a sociedade em geral esta mais sensibilizada em relação a proteção ambiental e se coloca com mais disposição para o debate das políticas públicas, portanto é um momento, propício às novas propostas que se direcionem a proteção, conservação e uso sustentável do patrimônio natural; a redução das injustiças ambientais; a política de implantação de direitos étnicos, sociais e ambientais; ao protagonismo em política ambiental global e finalmente ao controle (fiscalização e licenciamento) e educação ambiental.

Desta forma o avanço dessas políticas, passa pela necessidade de se garantir que, a gestão ambiental esteja no cerne das políticas públicas, apresentando novas perspectivas para que se caminhe efetivamente na direção do desenvolvimento sustentável, na perspectiva do usufruto comum das riquezas naturais, utilização de tecnologias produtivas e inovadoras que respeitem a capacidade de suporte dos ecossistemas; promoção de um meio ambiente – socioeconômico equilibrado.

As propostas de políticas ambientais, deverão estar necessariamente vinculadas à justiça social e a um desenvolvimento compatível a conservação dos recursos naturais, sobretudo aqueles inseridos e relacionados a trânsito, recursos hídricos, resíduos sólidos, articulação em “consórcios” intermunicipais é de fundamental importância, devendo sobre tudo romper com a visão setorial.

Outro aspecto vinculado ao meio ambiente diz respeito a proteção da fauna que vem sendo dizimada na medida em que as zonas urbanas avançam sobre áreas verdes extinguido espécies que protegem inclusive o resflorentamento e a proteção da mata. Neste processo devem ser incluídos os animais domésticos que, também, sofrem o descaso da população, e mais ainda do poder publico que não desenvolve uma política protetiva para os animais.

DIRETRIZES/ PROPOSTAS

- ✓ Preservação dos lençóis freáticos, proteção das matas ciliares, mananciais e áreas de reservas ambientais;
- ✓ Planejamento urbano integrado e participativo;
- ✓ Controle social da gestão ambiental;

- ✓ Institucionalização da gestão ambiental enquanto estrutura específica às demais esferas de governo nas administrações públicas e;
- ✓ Desenvolvimento de políticas que priorizem o saneamento e a educação ambiental, bem como a liderança num processo de transição para uma "economia verde".
- ✓ Reorganização do Centro de Controle de Zoonoses (CCZ).
- ✓ Criação de um Conselho Municipal de Proteção Animal, para que haja participação popular nas decisões tomadas pelo poder público no que se refere às políticas para o bem estar animal.

ÁGUA, ESGOTO, DRENAGEM E RESÍDUOS SÓLIDOS

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

O sistema de abastecimento de água do município de Valinhos é composto por 2 Estações de Tratamento de Água (ETAs I e II), 4 captações em barragens de regularização de vazão (Figueiras, Santana dos Cuiabanos, Moinho Velho e Sistema Iguatemi - Bom Jardim), 1 captação direta em curso d'água (Rio Atibaia) e uma série de captações em poços profundos.

Uma das captações (Barragens do Sistema Iguatemi-Bom Jardim), devido à sua localização em região montanhosa de cota elevada em relação à zona urbana do município (Serra dos Cocais), fornece água bruta para a ETA I totalmente por gravidade, sendo, portanto, de grande importância econômica para o município pelo fato de fornecer água de boa qualidade sem nenhum custo de bombeamento e com baixo custo de tratamento.

A captação da Barragem Moinho Velho é complementar e funciona como reforço da captação do Sistema Iguatemi - Bom Jardim, pois bombeia água, através de estação elevatória, para uma caixa de passagem existente na adutora daquele sistema. Por utilizar a mesma adutora, este sistema só entra em operação na estiagem, quando há redução no volume de água dos reservatórios existentes junto às captações dos Córregos Iguatemi e Bom Jardim e a vazão dos referidos cursos d'água fica reduzida. Esta captação, apesar de ser feita por bombeamento, não produz custos altos, pois está situada muito próxima do seu ponto de lançamento.

A captação da Barragem Figueiras, feita por bombeamento, também não gera custos elevados por se situar dentro da zona urbana do município e também não muito distante da E.T.A. I.

A captação da Barragem Santana do Cuiabano funciona como reforço da captação do sistema de barramentos do Córrego Figueiras, pois a estação elevatória de água ali localizada recalca água através de uma adutora de 250mm apenas para transpor o divisor de águas que divide as bacias dos dois córregos. A partir deste ponto, através de uma série de canais e aquedutos, as águas atingem o Córrego Figueiras, à montante do seu barramento. É, portanto, um meio de reforço de vazão

de captação do Córrego Figueiras, de baixo custo operacional e que também só funciona em época de estiagem.(DAEV)

Segundo dados do DAEV, o sistema de abastecimento de água de Valinhos esta em sua capacidade máxima com relação à disponibilidade hídrica. Porém, em todo o sistema encontra-se perda física na ordem de 34%, que representa algo entorno de 127 l/s, apesar de todos os esforços realizados pelo Departamento.

Para o DAEV, a solução definitiva para o abastecimento de água em Valinhos será o Rio Atibaia, uma vez que todas as captações citadas anteriormente estão projetadas para final de plano e o subsolo rochoso de origem vulcânica existente na região não possibilita o sucesso de grandes vazões obtidas de poços profundos.

PROPOSTAS

- ✓ Redução das perdas físicas da rede em 20%, que representa um ganho na ordem de 74,76 l/s de água já tratada. Essa redução implica na substituição e despressurização da rede com a conclusão dos reservatórios elevados e investimentos em tubulação no perímetro urbano.
- ✓ Tendo a ETA I capacidade máxima de produção de 190 l/s e hoje produzindo 151,72 l/s, apresentando capacidade para ampliação da produção em mais 38,28 l/s, propomos a criação de mais uma barragem na Sub-bacia do Ribeirão dos Ortizes (Serra dos Cocais), capaz de regularizar os 38,28 l/s. Esta ação necessitará de uma política de recursos hídricos inovadora, implantando o programa "Preservando Nossa Água" que visa garantir a sustentabilidade socioambiental das práticas implantadas por meio do pagamento pelos serviços ambientais e gerar incentivos econômicos a proprietários que ainda têm áreas de floresta nativa e/ou que querem se adequar aos parâmetros de cobertura vegetal estabelecidos para a sub-bacia. Este projeto é a segunda iniciativa municipal brasileira que implantará o Pagamento por Serviços Ambientais baseada na relação existente entre a floresta e os serviços prestados por ela em relação à qualidade e quantidade de água. *O Projeto pioneiro brasileiro é da Cidade de Extrema-MG que implantou o projeto "Conservador das Águas". O maior beneficiado do projeto é a Região Metropolitana de São Paulo, uma vez que grande parte da água produzida em Extrema, através do Jaguari desembocam no Sistema Cantareira.*
- ✓ Elaborar novo projeto para captação, adução e tratamento de água do Rio Atibaia.
- ✓ Inserção de programa de educação ambiental e consumo consciente de água na rede escolar.
- ✓ Revisão do escalonamento tarifário buscando a economia e propondo o aumento da tarifa de água para consumidores de grandes volumes, fora dos padrões aceitáveis.

- ✓ Elaborar o Plano de Saneamento Ambiental.

ESGOTO

Valinhos possui a Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) que atende a população atual. As linhas “tronco” de alguns setores da cidade estão subdimensionadas, necessitando de substituição e adequação as demandas de ocupação futura.

Em nosso governo realizaremos o Plano de Saneamento Ambiental Participativo para garantirmos a segurança dos investimentos e a qualidade do serviço para o munícipe.

PROPOSTAS

- ✓ Interceptação de todas as redes de esgoto antes de seus lançamentos nos cursos d’água encaminhando-os às unidades de tratamento;
- ✓ Tratamento de cem por cento (100%) dos esgotos coletados com eficiência mínima de noventa por cento (90%), com relação à Demanda Bioquímica de Oxigênio;
- ✓ Criar programa de saneamento básico para as populações rurais ou urbanas não possuidoras de rede de esgoto pública;
- ✓ Construção da segunda fase da ETE.

DRENAGEM

O município de Valinhos realizou o Plano de Macrodrenagem da bacia do ribeirão Pinheiros, que visa contemplar a definição da estratégia de controle da macrodrenagem, a proposição de reservatórios de detenção visando o amortecimento das ondas de cheias, as simulações hidrológicas e definição das obras e medidas prioritárias, bem como a definição das áreas verdes necessárias para o controle hidrológico na bacia.

PROPOSTAS

- ✓ Revisar o Plano de Macrodrenagem do Município;
- ✓ Elaborar os projetos dos pontos prioritários constantes no Plano que não sofrerão alterações;
- ✓ Captar recursos junto ao Governo Federal para execução desses projetos;

RESÍDUOS SÓLIDOS

O município de Valinhos elaborou o Plano Municipal de Resíduos Sólidos. A partir deste plano, muitas ações deverão ser tomadas a fim de estruturar o sistema municipal.

Hoje nosso lixo “passeia” pela cidade e viaja para Paulínia.

Esse modelo consome muito recurso público e será necessário priorizar as seguintes ações para sermos eficientes.

PROPOSTAS

- ✓ Integração das áreas governamentais de infraestrutura e ambientais através de um modelo de gestão sistêmica e com participação da sociedade civil;
- ✓ Estimular, apoiar a organização dos catadores de materiais recicláveis, fortalecendo a política de consumo responsável, priorizando a implantação plena da coleta seletiva e a reciclagem, visando a redução do volume destes materiais na composição do lixo transportado para o aterro;
- ✓ Implantar uma estação de transbordo para compactar o volume de lixo, condicionando-o em caminhões maiores reduzindo o número de viagens e consequentemente o investimento em transporte para o aterro;
- ✓ Desativar os aterros clandestinos;
- ✓ Implementação e manutenção do processo de compostagem, através da utilização de podas de árvores, jardins e restos de alimentos, principalmente na zona rural, empreendimentos imobiliários e outros geradores de resíduos orgânicos;
- ✓ Manutenção e aprimoramento de programas de educação ambiental e das campanhas de conscientização da população para a correta destinação de resíduos perigosos: lâmpadas fluorescentes, baterias, pilhas, pneus, e similares quanto à periculosidade;
- ✓ Manter parceria com a Região Metropolitana de Campinas – RMC para a disposição final dos diversos resíduos sólidos gerados no Município;
- ✓ Implantação de Usina de Reciclagem de Entulhos e programa para o correto uso de caçambas para entulhos e sua adequada destinação.

BIBLIOGRAFIA

Metodologia e Diretrizes de Programa de Governo – eleições Municipais 2012. Presidente PT-SP: Edinho Silva Secretário Estadual de Movimentos Populares: Antônio Storel Coordenador do Grupo de Trabalho Eleitoral 2012: Antonio dos Santos .

O PT Transformando os Municípios Paulistas - DIRETRIZES PARA PROGRAMAS DE GOVERNO MUNICIPAIS BOAS EXPERIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS DAS PREFEITURAS PETISTAS - Diretório Estadual de SP –Volume I

Compromisso Partidário do Candidato Petista - Aprovado pela Comissão Executiva Nacional

Programa de governo “Valinhos para todos”- Valinhos 2004 -2008

Programa de governo São Bernardo do Campo - 2009/2012- Esta Mudança Inclui você!

Programa Nacional de Direitos Humanos PNDH – 3 Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República - 224p. : il. Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Edifício Sede.

Relatórios Dinâmicos Indicadores Municipais de Valinhos - <http://www.portalodm.com.br/>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE: - Censo 2.010.

Fundação SEADE Dados estatísticos. www.seade.gov.br/

FIESP Dados estatísticos. www.fiesp.com.br/

FIERJ Dados estatísticos. www.firjan.org.br/

Planos Nacionais de:

- o Política Nacional de Assistência Social – PNAS – LOAS – NOB/SUAS.
- o Plano Nacional pela Primeira Infância
- o Plano de Desenvolvimento da Educação- PDE
- o Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.
- o Viver sem Limites – Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência.
- o Compromisso todos pela educação – Passo a Passo.
- o Brincar, Jogar, viver – Programa Esporte e Lazer da cidade Volume I - Ministério dos Esportes.
- o Plano Nacional da Cultura.
- o Política Nacional da Juventude – Diretrizes e Perspectivas
- o Protagonismo Juvenil
- o ProJovem – Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Educação, Qualificação e Ação comunitária.
- o Plano Nacional de Políticas para as mulheres – Presidência da República.
- o Plano Brasil sem Miséria
- o Plano Nacional de Segurança alimentar e Nutricional – 2012- 2015
- o Mortalidade Morte e Materna – Manual dos comitês.
- o Plano Nacional de Saúde Mental – 2007 - 2016 - COORDENAÇÃO NACIONAL PARA A SAÚDE MENTAL
- o Plano Nacional de Saúde /PNS 2008/2011
- o O SUS de A a Z – Garantindo a Saúde dos Municípios - 2009